



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

NATÁLIA CAMILA FERREIRA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO SUPERIOR FINANCEIRIZADA E O TRABALHO DOCENTE:
UM ESTUDO SOBRE A ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.**

Belém-Pará

2023

NATÁLIA CAMILA FERREIRA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO SUPERIOR FINANCEIRIZADA E O TRABALHO DOCENTE:
UM ESTUDO SOBRE A ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.**

Dissertação submetida à apreciação da Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Área de concentração: Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabíola Bouth Grello Kato

Belém-Pará
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

UFPA/Instituto de Ciências da Educação/Biblioteca

Souza, Natália Camila Ferreira de, 1996 -

Educação superior financeirização e o trabalho docente: um estudo sobre a Estácio Participações S.A./ Natália Camila Ferreira de Souza – 2023.
93 f.:ilf.

Orientadora: Fabíola Bouth Grello Kato

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2023.

1. Educação. 2. Ensino Superior. 3. Docência. 4. Terceirização. I. Título

CDD – 23. Ed. – 150.724

Catalogação na fonte:



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – Brazil (CAPES) – Financing Code 001.

Natália Camila Ferreira de Souza, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil

Contato: Natália Camila Ferreira de Souza

E-mail: nataliacfds30@gmail.com



Dissertação de Mestrado

**“EDUCAÇÃO SUPERIOR FINANCEIRIZADA E O TRABALHO DOCENTE:
UM ESTUDO SOBRE A ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.”**

Discente: Natália Camila Ferreira de Souza

Data da defesa:

Resultado:

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Fabíola Bouth Grello Kato (Orientadora - UFPA)

Prof^a Dr^a Vera Lúcia Jacob Chaves (UFPA)

Prof^a Dra^a Maria Rosimary Soares dos Santos (UFPA)



Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no Repositório Institucional da UFPA

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor: Natália Camila Ferreira de Souza RG: 6209403 CPF: 008.125.382-69 Fone: (91) 9813882773

Vínculo com a UFPA: Servidor Discente Unidade: Instituto de Ciências da Educação

Tipo do documento: Tese Dissertação Livro Capítulo de Livro Artigo de Periódico
 Trabalho de Evento Outro. Especifique: _____

Título do Documento: Educação Superior financeirizada e o trabalho docente: um estudo sobre a Estácio Participações S.A. Área do Conhecimento: Educação. Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa de Nível Superior. Programa de Pós-Graduação em Educação.

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

Sim Não

Permitir modificações em sua obra?

Sim Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

Sim Não

A obra continua protegida por Direito Autoral.

Belém,

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Dedico esta dissertação a minha avó Ediléa Edhofer, por todo afeto e amor desmedido.
E ao meu irmão, Yury dos Santos Carvalho (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Dedico esta dissertação a três pessoas que fazem parte do que sou hoje. À minha avó Ediléa, minha mãe Rosiene e meu irmão querido Yury dos Santos (*in memorian*). Vocês sempre acreditaram no meu potencial para os estudos, sempre estiveram ao meu lado desde o ensino infantil até a entrada na universidade. Ser a primeira mestra da família significa uma vitória coletiva de muita luta, superação de todas as adversidades de uma vivência na periferia. O percurso não foi fácil e nunca será, mas agradeço toda participação e incentivo de vocês até aqui.

Nesse sentido, agradeço primeiramente a minha família, em especial a minha avó Ediléa Edhofer, matriarca da família, grande responsável pela minha criação e formação humana, expressão de amor em minha vida, grande incentivadora da minha educação, exemplo de vida, ser de luz, acolhedora e sempre presente em todos os trajetos de minha vida. Agradecimento especial aos meus pais, principalmente a minha mãe Rose Aquino, grande batalhadora, símbolo de superação e fortaleza como mãe solo. Também agradeço a presença do meu companheirinho Fred, obrigada por esses 11 anos de fidelidade e lealdade!

À minha família paterna, Família Souza, por toda ajuda a alcançar esse momento há 11 anos atrás. Agradeço meus tios, minhas tias, meu irmão Ronald Yuri (*in memorian*), meus primos, principalmente a Suelen Souza e a minha incrível avó paterna Selma Monte.

Um agradecimento especial ao meu irmão de alma Yury dos Santos e a sua família. Foram 24 anos de muita irmandade, cumplicidade e confiança. Nossa conexão sempre foi além da vida terrena, descobrimos a vida juntos, desde a infância sempre grudados. Sua presença no período de seleção do mestrado foi decisiva, lembro até hoje da sua personalidade calma e bem-humorada. Muito obrigada pela honra de ter convivido com você, sua partida ainda é uma chaga dolorida, mas não questiono os desígnios da vida, e eu não ando só.

Tenho uma imensa gratidão aos meus amigos, que em algum momento fizeram a diferença nos meus caminhos, sempre me motivando, me escutando e me entendendo. Agradeço a presença de Hanna Pantoja, um fraterno sentimento de gratidão pelos 13 anos de amizade, presente desde o ensino fundamental até hoje como vizinha. A Larissa Lourenço, a minha comadre Larissa Gonçalves e meu afilhado Davi Lorenzo, gratidão pela presença.

Também dedico toda minha gratidão aos meus amigos da graduação Luiz Felipe, Renata Bahia, Golden Sales, Ju Cal, Elisa Gonçalves, Adson Patrick, Eberton Moraes, Felipe Santa Brígida, Carolina e Letícia Cardoso. Nossos momentos nas aulas, nos trabalhos, nas viagens,

nos eventos acadêmicos, nas discussões aleatórias sobre teorias estão guardadas em minhas lembranças. Destaco um agradecimento ao querido João Noronha, dupla inseparável da graduação, obrigada amigo pelas experiências incríveis em Florianópolis, pela eterna parceria, pelas risadas e pelos artigos.

Suscito a importância de Héliida Tavares, ser de luz que foi muito importante na minha vida. Agradecimento eterno a todos os aprendizados, por todo carinho, toda dedicação, toda paciência e amizade. Obrigada também a sua família por sempre me tratar como filha, em especial seus pais Helen e Josiel. Vocês estão em meu coração!

A caminhada de cursar o mestrado em momento de pandemia foi árdua. Destaco a importância das minhas amigas inseparáveis Amanda Almeida, Marina Martins, Mayara Sena, Aldenize Melo e Luani Lobo. Obrigada meninas pela força, pelos conselhos, pelo acolhimento e toda sensatez que a pós-graduação necessita.

Agradeço ao GEPES pela integração e por todo ensinamento acadêmico nos momentos de estudos em conjunto. Agradeço ao PPGED/UFPA pela possibilidade de ingressar no mestrado, em especial ao professor Waldir Abreu.

Ressalto grande importância a minha orientadora Fabíola Kato, obrigada pela compreensão, paciência e todo ensinamento. Dedico também um agradecimento especial as professoras da banca de defesa, Prof.^a. Dr.^a. Vera Jacob e Prof.^a. Dr.^a. Maria Rosimary, gratidão por fazerem parte desse momento.

RESUMO

O fenômeno da expansão da educação superior privada no Brasil ganhou destaque na década de 1990 com as políticas de incentivo privado do governo federal. Nesse cenário destaca-se como exemplo a Estácio Participações S.A, empresa de serviços educacionais que foi fundada em 1970, inicialmente, sem fins lucrativos, mas que atualmente apresenta-se como uma grande empresa educacional, com investimentos de capital aberto na Bolsa de Valores e é conhecida como YDUQS. Essas mudanças na educação superior no Brasil, proporcionaram efeitos no conjunto do exercício da função do trabalho docente. Nesta perspectiva, o presente estudo objetivou analisar esse processo de financeirização da educação superior privado-mercantil no Brasil e seus efeitos para o trabalho docente, a partir das investigações da empresa do setor educacional Estácio Participações S.A. Para isso, buscou caracterizar as principais mudanças institucionais da Estácio Participações S.A. ao longo dos anos, descrever como ocorreu essa reestruturação das instituições de ensino superior e identificar os efeitos desse fenômeno para o trabalho docente. Para isso, nos percursos metodológicos, a pesquisa constitui-se como um estudo documental, descritivo-exploratório, com corte longitudinal e análise quanti-qualitativa dos dados. Como instrumento de coleta de dados foram utilizados documentos de fontes primárias que consistiram em relatórios anuais da empresa compreendidos entre os anos de 2007 a 2020, os índices do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e as análises das legislações do Brasil. Procedimento de coleta realizou-se em etapas, na primeira etapa foi realizado leituras essenciais para o estudo da temática, na segunda etapa se constitui pela análise e sistematização de dados da fonte primária, os Relatórios de Sustentabilidade da Estácio Participações S.A., onde foi observado o nível de escolaridade dos docentes, o regime de trabalho, as formações continuadas oferecidas pela instituição e a atuação docente no modelo de governança corporativa. Na sequência, foram coletados dados secundários encontrados nos Relatórios de Sustentabilidade e de Demonstrações Financeiras Padronizadas da Estácio Participações S.A. e do Censo do Inep, como evolução do número de matrículas. Esses dados foram tabulados e tratados para análise. No procedimento de análise para compreensão do movimento de financeirização da educação superior no Brasil, realizou-se uma análise descritiva simples de médias e percentuais dos dados encontrados nas principais mudanças legislativas brasileira e sua contribuição para a expansão do setor privado educacional, sobre os relatórios anuais da empresa e sobre os índices do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. Os achados do estudo demonstraram que as estratégias de gestão desenvolvidas pela Estácio Participações S.A., para o trabalho docente, preconizam um processo de precarização, por meio do aumento exacerbado do quantitativo de alunos. Além disso, constatou-se que houve aumento de contratos de docentes horistas e diminuição dos contratos de dedicação exclusiva, fator que contribuiu, ao longo dos anos, para a fragilização do trabalho docente na instituição.

Palavras-chave: Financeirização, Trabalho docente, Estácio Participações S.A

ABSTRACT

The phenomenon of the expansion of private higher education in Brazil gained prominence in the 1990s with the federal government's private incentive policies. In this scenario, Estácio Participações S.A stands out as an example, an educational services company that was founded in 1970, initially as a non-profit, but which currently presents itself as a large educational company, with publicly traded investments on the Stock Exchange and is known as YDUQS. These changes in higher education in Brazil had effects on the entire exercise of teaching work. From this perspective, the present study aimed to analyze this process of financialization of private-commercial higher education in Brazil and its effects on teaching work, based on investigations by the educational sector company Estácio Participações S.A. To this end, it sought to characterize the main institutional changes in Estácio Participações S.A. over the years, describe how this restructuring of higher education institutions occurred and identify the effects of this phenomenon on teaching work. For this, in the methodological paths, the research is constituted as a documentary, descriptive-exploratory study, with longitudinal section and quantitative-qualitative analysis of the data. As a data collection instrument, documents from primary sources were used, consisting of the company's annual reports between the years 2007 and 2020, the indexes of the National Institute of Educational Research Anísio Teixeira and the analyzes of Brazilian legislation. The collection procedure was carried out in stages, in the first stage essential readings were carried out for the study of the topic, in the second stage it consisted of the analysis and systematization of data from the primary source, the Sustainability Reports of Estácio Participações S.A., where the level of education of teachers, work regime, continued training offered by the institution and teaching performance in the corporate governance model. Subsequently, secondary data found in the Code of Conduct and Ethics of Estácio Participações S.A. and the Inep Census were collected, such as the evolution of the number of enrollments. These data were tabulated and processed for analysis. In the analysis procedure to understand the financialization movement of higher education in Brazil, a simple descriptive analysis of averages and percentages of data found in the main Brazilian legislative changes and their contribution to the expansion of the private educational sector was carried out, on the annual reports of the company and on the indexes of the National Institute of Educational Research. The findings of the study demonstrated that the management strategies developed by Estácio Participações S.A., for teaching work, advocate a process of precariousness, through an exacerbated increase in the number of students. Furthermore, it was found that there was an increase in hourly teaching contracts and a decrease in exclusive dedication contracts, a factor that contributed, over the years, to the weakening of teaching work at the institution.

Keywords: Financialization, Teaching work, Estácio Participações S.A.

AGSC	Acordo Geral sobre Comércio e Serviços
BM	Banco Mundial
BV	Bolsa de Valores
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFB	Constituição Federal Brasileira
CFE	Conselho Federal de Educação
CESU	Câmara de Ensino Superior
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EaD	Educação à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACI	Faculdade Ideal
FACIMP	Faculdade Martha Falcão
FADES	Faculdade de Direito Estácio de Sá
FAP	Faculdade do Pará
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FINES	Faculdades Integradas Estácio de Sá
FIR	Faculdade Integrada de Recife
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATS	General Agreement on Trade in Services
GEPES	Grupo de Ensino e Pesquisa sobre Educação Superior
IBMEC	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IDOMED	Instituto de Educação Médica
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa Anísio Teixeira
IPO	Oferta Inicial de Ações
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
OMS	Organização do Comércio
OI	Organismos Internacionais
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PPGED	Programa de Pós-graduação em Educação
PROUNI	Programa Universidade para todos
Revalida	Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos
SESES	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá
SESPA	Sociedade de Ensino Superior do Pará
SESPE	Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco
STB	Sociedade Tecnopolitana da Bahia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESCO	Organização da Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UniFacid	Centro Universitário UniFacid
UniFanor	Centro Universitário Fanor Wyden
UniFavip	Centro Universitário UniFavip
UniFBV	Centro Universitário UniFBV
UniMetrocamp	Centro Universitário UniMetrocamp
UniRuy	Centro Universitário UniRuy
UniToledo	Centro Universitário U

Quadro 1 - Legislações e documentos analisados	24
Quadro 2 - Teses e dissertações	25
Quadro 3 - Sistematização dos documentos analisados	63
Quadro 4 - Programa de formação docente da Estácio Participações S.A.	74
Quadro 5 - Principais gastos trabalhistas da Estácio Participações S.A. (2007-2020).....	76
Tabela 1 - Evolução no número de matrículas do setor privado mercantil (Presencial x EAD) - 2011-2020	44
Tabela 2 - Número de docentes da Estácio Participações S.A (2009-2019)	67
Tabela 3 - Regime de trabalho dos docentes vinculados a Estácio Participações S.A.	68
Tabela 4 - Escolaridade dos docentes vinculados a Estácio Participações S.A. (2009-2019)	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fusões e aquisições no setor educacional brasileiro (2008 a 2020)	59
Figura 2 - Portfólio de marcas e distribuição territorial da YDUQS/Estácio Participações S.A.	60
Figura 3 - Principais alterações da Lei Nº 13.467/2017	77

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	19
2 - CAPÍTULO I - FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL	30
2.1 Financeirização e a crise do capital	30
2.2 Educação superior privado-mercantil no Brasil	39
2.3 A influência dos Organismos Internacionais na política educacional brasileira	46
3 - CAPÍTULO II - MERCANTILIZAÇÃO DA ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. – DE FILANTRÓPICA À FINANCEIRIZADA	49
3.1 Estácio Participações S.A. – fundação e expansão privada	50
3.2 Inserção no mercado financeiro e a nova reestruturação da companhia	55
4 - CAPÍTULO III - AS ESTRATÉGIAS DA FINANCEIRIZAÇÃO PARA O TRABALHO DOCENTE NA ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A	63
3.1 Regime de trabalho	64
3.2 Qualificação docente	71
3.2 Formação Continuada: PIQ	74
3.2 Precarização do trabalho docente pós-reforma Trabalhista de 2017	76
4 – CONCLUSÕES	80
4 – REFERÊNCIAS	83

1. INTRODUÇÃO

Este estudo, intitulado “Educação superior financeirizada e o trabalho docente: um estudo sobre a Estácio Participações S.A”, orientou-se pela linha de pesquisa de um projeto maior intitulado “Financeirização do ensino superior privado-mercantil, modelo de governança corporativa e os efeitos para o trabalho docente no Pará”, com objetivo de investigar a nova configuração do ensino superior privado-mercantil e despertam novos olhares sobre a situação da educação superior. Recebe financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), sendo coordenado pela professora Dra. Fabíola Kato.

O fenômeno da nova configuração do ensino superior é objeto de investigação do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação Superior (GEPES) da Universidade Federal do Pará (UFPA), devidamente cadastrado no diretório do CNPQ, cujo intuito principal é desenvolver estudos e pesquisas sobre as políticas públicas do ensino superior brasileiro.

O lócus da pesquisa é a instituição privada, com fins lucrativos, de educação superior Estácio Participações S.A. Nesse sentido, busca-se analisar as principais mudanças que ocorreram desde sua fundação em 1970, na cidade do Rio de Janeiro, sua inserção da instituição no mercado da Bolsa de Valores, sua organização institucional e as estratégias de valorização mercadológica que se modificaram conforme as demandas do capital. Buscando compreender as nuances de uma instituição de ensino superior com essas características. Além disso, busca-se entender um dos aspectos das estratégias que a Estácio Participações S.A estabelece, as principais alterações institucionais que refletem no trabalho docente.

As investigações sobre o processo de financeirização da educação superior privada no Brasil, objeto de pesquisa da linha de Política Públicas Educacionais, iniciaram com as inquietações existentes a partir da expansão do modelo da educação superior privatista. Foram desenvolvidas diversas pesquisas no GEPES sobre a temática cuja finalidade é buscar inovações para ampliar o conhecimento científico sobre o tema, visando um melhor entendimento sobre o fenômeno da financeirização.

As políticas públicas implementadas pelos sucessivos governos brasileiros, desde a década de 1990, foram diretamente orientadas pela ideologia neoliberal, sobretudo no campo educacional. Desta forma, as políticas públicas destinadas à educação superior no Brasil possuem aplicações e ajustes mercadológicos essenciais ao sistema capitalista.

Por isso, os investimentos na educação passaram por profundos processos de privatizações, constituídos por um longo período histórico. Esse movimento se intensificou a partir da década de 1980, quando capital financeiro se difundiu no mundo, com o caráter de

produção flexível e suas bases giram em torno da contenção de gastos com políticas sociais do estado (Chaves; Reis; Guimarães, 2018).

Para se ajustar a essas demandas mercadológicas, provenientes das políticas neoliberais, foi necessário ao Estado evitar déficit orçamentário para proteger a produção capitalista nacional. Por meio de uma desregulamentação legislativa dos Estados e uma nova regulamentação comercial para assegurar o livre comércio, estimular investimentos capitalistas e manter a criação de empregos (Pereira; Bravo, 2002, p. 36).

Na década seguinte (1990) as vias de transformações estruturais no Brasil acentuaram-se, porque a predominância da economia financeira mundializada impôs ao Estado brasileiro essas mudanças, para que estivesse de acordo com a lógica da economia mundial (Chesnais, 1996, p. 47). Assim como, esse movimento originou uma série de reformas no Estado brasileiro (Silva Junior; Ferreira; Kato, 2013, p. 436).

Esse fenômeno representou influência na expansão da educação superior privada no país, por meio das políticas de incentivo ao privado, estimuladas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003). A mais importante foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), que regulamentou a livre atividade de atuação das Instituições de Ensino Superior (IES) com fins lucrativos (Chaves, 2010, p. 486).

Ressalta-se que a educação privada já era assegurada pela Constituição Federal de 1988 (CFB), em seu Artigo 206 inciso III, ao defender “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”. Chaves, Reis e Guimarães (2018), criticaram as políticas públicas governamentais, principalmente as relacionadas a aspectos educacionais, por não assegurarem o padrão de proteção social e postura democrática assegurada pela CFB, em detrimento da expansão da lógica privado-mercantil na formulação de tais políticas.

Nesse sentido, considerando a educação como uma garantia social, Sguissardi (2008), sinaliza que esse movimento de conceber a educação como um bem comerciável e não como um direito e um bem público vem solapando a concepção de educação no país devido ao avanço das tendências capitalistas de mercantilização. A comercialização do conhecimento evidencia, ainda, que há um processo mercantil em curso denominado educação-mercadoria (Sguissardi, 2008, p. 1013).

Dowbor (2020, p. 49) em suas considerações compreende que o conhecimento, na atual fase do sistema capitalista financeiro, constitui-se como uma outra economia, a economia do conhecimento. E controlá-lo, é controlar a produção social, dessa maneira, o poder sobre o

conhecimento constitui-se também como um poder econômico e produtivo. Nesse sentido, as bases da produção capitalista deslocaram-se e o conhecimento se constitui como central no contexto do capital.

Com essa conjuntura, segundo Brettas (2020, p. 33) a educação superior sofreu várias mudanças legais, implementadas pelo Estado brasileiro. E, o processo de financeirização da educação superior obteve sucesso com a privatização incentivada pelo Estado, que possuía a finalidade de viabilizar o mercado da educação privado-mercantil.

Os estudos de Vale, Carvalho e Chaves (2014, p. 24) apontam que, a partir do ano de 2007, as instituições de ensino superior privado assumiram novos “arranjos” financeiros e institucionais. Dito isso, houve um processo de formação de conglomerados pautados em fundos de investimentos com atuação no mercado da bolsa de ações financeiras.

Com essa entrada de grupos empresariais no mercado de ações, o mercado educacional assume novas configurações. A abertura do capital dessas empresas ao mercado de ações e a valorização destas últimas possibilitaram o aumento de seu capital, a compra de outras instituições menores, espalhadas no país, e, com isso, a formação de grandes grupos empresariais, também denominados ‘redes’. (Chaves; Reis; Guimarães, 2018, p.7).

Nesse processo, universidades e centros universitários formaram grandes conglomerados, ou *holdings*, estabelecendo uma concorrência predatória ao criarem sérias dificuldades financeiras para estabelecimentos de pequeno porte, o que contribuiu para que fossem adquiridos pelo capital de grande porte. Observa-se, desse modo, um movimento de fusões e aquisições de IES, como destaca a consultoria KPMG7 (empresa responsável por publicar trimestralmente informações sobre as fusões e aquisições na economia brasileira), com a oligopolização do setor, sistema pelo qual a mantenedora, empresa *holding*, controla os negócios das demais. Este processo foi tão intenso a partir de 2007, que o setor educacional ocupou as primeiras colocações no ranking das fusões e aquisições do mercado econômico nacional (Chaves; Reis; Guimarães, 2018, p.7-8).

Problema de pesquisa

A partir da investigação sobre a Estácio Participações S.A, quais as implicações do processo de financeirização da educação superior para o trabalho docente?

Objetivos

Esta dissertação teve como objetivo geral investigar as estratégias desenvolvidas para o trabalho docente por meio da *holding* Estácio Participações S.A., no período de 2007 a 2022, a partir da educação superior financeirizada no Brasil.

Objetivos Específicos:

Como objetivos específicos, elencam-se:

- Caracterizar as principais mudanças institucionais da Estácio Participações S.A., a partir do movimento de expansão.
- Descrever a reestruturação da Estácio Participações S.A. e os efeitos para o trabalho docente.
- Descrever e analisar as estratégias desenvolvidas pelo grupo Estácio Participações S.A. para o trabalho docente.

Método

Delineamento da Pesquisa

De acordo com Bodgan e Biklen (1994), o principal intuito ao estabelecer uma investigação é a compreensão do fenômeno em sua totalidade, ou seja, em todas as camadas complexas existentes, e em contexto natural de origem (Bodgan; Biklen, 1994, p. 16). Consideramos que a sua escolha reflete com a concepção de mundo e de homem que o pesquisador possui, e isso influencia na seleção da abordagem, nos instrumentos e no enfoque (Fonseca, 2007, p. 43).

Dessa maneira, o estudo se trata de uma pesquisa qualitativa. De acordo com Oliveira et al. (2020, p. 02) pesquisas dessa natureza “...buscam dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas”. Nesse sentido, os conceitos explorados devem estar fundamentados na prática social.

Desta forma, o presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa do tipo documental, segundo Lakatos e Marconi (1982, p. 32), os “documentos são todos os materiais escritos que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica e que ainda não foram elaborados”. E, apresenta objetivos descritivos e exploratórios, um delineamento temporal de

corde longitudinal, pois o observou os dados ao longo de vários anos, com abordagem quantitativa e qualitativa desses dados (Gil, 2018, p. 23).

Quanto a técnica de análise de dados, Evangelista (2016) postula que nos estudos de política educacional todos os documentos são importantes, em diferentes graus e contextos históricos. O método de análise adotado nesta pesquisa foi análise documental.

Local e período da pesquisa

Os dados foram coletados dos *sites* da Estácio Participações S.A. e do Censo da Educação Superior. O período de desenvolvimento da pesquisa foi de agosto de 2021 a junho de 2020.

Instrumentos (fonte primárias)

Os documentos analisados foram:

Relatórios de Sustentabilidade da Estácio Participações S.A.;

Relatórios de Demonstrações Financeiras Padronizadas;

Censo do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Procedimento de coleta

A coleta de dados realizou-se em etapas. Na primeira etapa, foram realizadas leituras essenciais para o estudo da temática. Esta etapa foi importante para inserção contextual sobre a financeirização da educação superior no Brasil e a atuação de grupos empresariais no mercado de ações.

Neste processo, foi realizado um levantamento bibliográfico, identificando as principais produções referentes a financeirização e trabalho docente. A busca pelas produções acadêmicas se deu no *sítio da internet*, a base de dados selecionada para as buscas foi o Banco de Teses e Dissertações (BDTD)¹.

A segunda etapa se constitui pela sistematização de dados da fonte primária, os Relatórios de Sustentabilidade da Estácio Participações S.A., no período de 2007 a 2020. Observamos o nível de escolaridade dos docentes, o regime de trabalho, as formações

¹ É um banco nacional de teses e dissertações que integra a produção acadêmica nacional que estimula a disponibilidade destes trabalhos em buscas online. A BDTD em parcerias com instituições de ensino e pesquisa possibilita a veiculação da produção de pesquisas nacionais e internacionais.

continuadas oferecidas pela instituição e a atuação docente no modelo de governança corporativa.

Na sequência, foram coletados dados secundários encontrados no Código de Conduta e Ética da Estácio Participações S.A. e do Censo do Inep, como evolução do número de matrículas. Conforme a Tabela 1, estão descritas as principais legislações consultadas e a relação de documentos necessários para a pesquisa.

Quadro 1 - Legislações e documentos analisados

Título	Descrição
Constituição Federal Brasileira 1988	Artigos nº 7 e 213
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996	Artigos nº 19 e 20
Decreto nº 66.812/1970	Autorização de funcionamento da SESES
Portaria nº 592/1988	Mudança de <i>status</i> para universidade
Relatórios de sustentabilidade -2007 - 2020	Relatórios descritivos sobre as atividades da Estácio Participações S.A.
Relatórios de demonstrações financeiras padronizadas	Relatórios financeiros sobre a Estácio Participações S.A.
Regimento Interno do Código de Conduta da Estácio Participações S.A.	Código de Conduta e Ética

Fonte: elaboração própria.

Procedimento de análise

Os dados foram analisados de forma exploratória e descritiva. Os dados quantitativos obtidos foram processados e analisados através de estatística básica e apresentados em forma de tabela. A análise dos dados qualitativos buscou proporcionar uma reflexão teórica dos aspectos observados e uma conexão entre a realidade observada.

Resultado da revisão da Literatura

O levantamento das produções acadêmicas deu-se por buscas no BDTD. Selecionou-se as seguintes palavras-chave que nortearam a consulta de dados: “financeirização da educação superior”, “Estácio Participações S.A.” e “trabalho docente no ensino superior”.

Após a realização da busca com as palavras-chaves estipuladas, no intervalo de 2007-2022, com o filtro selecionado para apenas trabalhos em língua portuguesa, foram encontrados 321 trabalhos. Devido ao alto quantitativo de trabalhos encontrados e em diversas áreas do conhecimento, fizemos uma filtragem com a leitura do resumo para ver o enquadramento dos trabalhos. Restaram então dez (11) trabalhos, sendo cinco (5) dissertações e seis (6) teses.

Quadro 2 - Teses e dissertações

ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO/PROGRAMA/INSTITUIÇÃO
2008	Solange Nonnenmacher	Mercantilização da educação e docência em instituições de ensino superior privado	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação Programa de Pós-Graduação em Educação (UFSM)
2011	Andréa Araújo Vale	As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora": a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro	Tese - Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ)
2014	Charlini ContaratoSebim	A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no estado do Espírito Santo	Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação (UFES)
2014	Raimundo Sérgio de Farias Júnior	A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis	Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPA)
2016	João Ribeiro dos Santos Filho	Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais.	Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPA)
2016	Fabio Luciano Oliveira Costa	Financeirização do Capital no Ensino Superior Privado com Fins Lucrativo no Brasil (2007-2012)	Tese - Programa de Pós-graduação em educação (USP)
2018	Carla Fernanda Zanata Soares	A financeirização da educação superior brasileira: o caso do grupo Kroton	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação (UFSC)
2019	Leila Maria Costa Sousa	Financeirização da educação superior privado mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S. A	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPA)
2019	Tayanne de Fátima Almeida Tabosa dosReis	Financiamento estudantil nas Instituições privado-mercantis de ensino superior no Brasil: o caso da Kroton Educacional	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPA)

2020	Maria Carolina Nascimento Silva	A intensificação da mercantilização da educação superior no Brasil: a particularidade dos cursos irregulares de serviço social nos estados da Paraíba, Pernambuco e Ceará	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB)
2020	Allan Kenji Seki	Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)	Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação (UFSC)

Fonte: Elaboração própria a partir de BDTD/ 2007-2020.

O estudo de Nonnemacher (2008) teve como objetivo investigar, do ponto de vista do docente, as principais mudanças no ensino superior privado-mercantil. A flexibilização dos contratos de docentes e a precarização do trabalho docente devido tais constatações acentuaram as transformações nas relações trabalhistas entre instituições privadas de ensino superior e os docentes. Este trabalho possui muito afinco com o desenvolvimento desta dissertação.

Vale (2011) é responsável pela tese primorosa chamada “As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro” da autora e pesquisadora Andréa Araújo Vale, possui extrema relevância para este trabalho. As coletas de inúmeros dados quantitativos e qualitativos, a análise do processo de inserção da Estácio na Bolsa de Valores e a trajetória dos resultados da financeirização da instituição ao trabalho docente são basilares para o levantamento documental para esta pesquisa. O objetivo principal da tese é fazer um paralelo entre as políticas voltadas para a educação superior e a expansão da instituição de ensino superior financeirizada, em especial a Estácio Participações S.A. A autora fez uma pesquisa documental sobre as legislações voltadas para esse setor e análise de relatórios públicos que resgataram a trajetória do ensino superior privado desde o período da ditadura militar. A tese concluiu que a financeirização do ensino superior privado da Estácio de Sá praticou a concentração institucional através da aquisição de pequenas instituições e a apropriação do fundo público como fortalecimento capitalista e internacionalização da educação superior.

A tese elaborada por Sebim (2014) é desenvolvida através do estudo de caso da Faculdade Pitágoras de Guarapari e da Faculdade Pitágoras de Linhares, ambas da cidade do Espírito Santo. O interesse do autor foi compreender o processo de compra destas duas instituições pela Kroton, a organização do trabalho docente e as modificações na operacionalização das instituições antes e depois da aquisição mercantil. Este trabalho é uma pesquisa documental, posteriormente introduziu entrevistas com doze professores e ex-professores. Como resultado, Sebim (2014) pontua que as principais mudanças sentidas pelos docentes foram: intensificação do trabalho docente, redução de autonomia do professor,

acréscimo de trabalho, diversidade de disciplinas ministradas por um mesmo professor, aumento de demissões e exclusão do professor na orientação metodológica das disciplinas.

Farias Junior (2014) tem como objetivo principal entender a precarização do trabalho docente em IES privadas e a contribuição para o adoecimento docente. Para tanto, o autor utilizou-se da pesquisa bibliográfica, ademais realizou a etapa empírica com entrevistas semiestruturadas a docentes do ensino superior privado em Belém-PA.

A tese desenvolvida por Costa (2016) visou pesquisar a financeirização da educação superior, no período de 2007-2012 em três empresas: Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A. e Kroton Educacional. O autor recorreu à pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática e a conclusão é que a aquisição realizada pelos grupos educacionais propiciou a expansão das instituições em número de matrículas e de polos educacionais, viabilizando a maior arrecadação da receita financeira. Além da importância acionária dessas IES privadas, pois os acionistas são responsáveis pelos investimentos com retornos financeiros a curto prazo, fato este que suprime a formação educacional em detrimento do mercado.

Santos Filho (2018), analisar o financiamento privado-mercantil através da utilização de recursos públicos no Brasil. A pesquisa de cunho documental investigou relatórios das instituições e demonstrativos fiscais de diversos órgãos da Estácio Participações S.A., GAEC Educação S.A (Ânima) e Ser Educacional S.A no período de 2007-2013. O autor conclui que as políticas de educação superior – FIES e PROUNI – foram decisivas para o aumento da receita líquida das instituições privadas, assim como as políticas de isenções fiscais fortaleceram a privatização da educação superior favorecendo a financeirização educacional e a formação de oligopólios da educação privatista.

Soares (2018) investiga o fenômeno da financeirização no estudo de caso da Kroton, e teve como objetivo de pesquisa em sua dissertação identificar as práticas mercadológicas utilizadas pela instituição e compreender a comercialização da educação superior. Embasada na metodologia bibliográfica, a dissertação aponta como resultados que a financeirização da educação superior se expressa pelo avanço do mercado privado educacional e que os aparatos legais – leis, programas e incentivos estatais – são essenciais para tal. E que a Kroton é formadora da classe trabalhadora para o ingresso no mercado de trabalho, porém não há um comprometimento com a formação humana consciente e crítica do aluno.

A dissertação de Sousa (2019) tem como principal objetivo investigar a expansão da educação por meio do financiamento próprio da Estácio Participações S.A. Para tanto, a autora designou como objetivos específicos identificar as principais legislações que favoreceram a

instituição, as formas de financiamento próprio da IES e analisar o Financiamento Próprio Parcelado da Estácio (PAR). A metodologia da dissertação foi análise documental dos relatórios da Estácio e pesquisa bibliográfica sobre a temática. Os resultados alcançados pela pesquisa apontam que as mudanças legais sobre o financiamento educacional, com o FIES e Prouni, foram decisivas para o processo de mercantilização da educação privado-mercantil e que a forma de financiamento próprio – PAR – é mais uma alternativa que contribui para a expressiva expansão da financeirização da educação superior no Brasil.

Reis (2019) também investiga o processo de expansão de IES privado-mercantil. A autora analisa duas formas de financiamento próprias da Kroton: o Parcelamento Estudantil Privado (PEP) e o PraValer. A trajetória metodológica do trabalho de dissertação segue a revisão bibliográfica sobre a temática, pesquisa documental amparados nos relatórios da Kroton, relatórios do TCU, dados sobre o ensino superior privado do INEP e matérias jornalísticas sobre a instituição. Os principais resultados alcançados pela autora é que o FIES é uma política estatal que contribui com a financeirização da educação superior e que os programas PEP e PraValer obtém sucesso mercantil mediante a omissão de informações básicas e veiculação publicitária inverídica.

A dissertação de Silva (2020) tem por objetivo analisar a mercantilização da educação superior privado-mercantil na formação do profissional de serviço social a partir da crise do capital e os movimentos de contrarreforma do Estado. O estudo é considerado quanti-qualitativo, com metodologia bibliográfica e documental. A pesquisa concluiu que a educação passou por uma reconfiguração devido a reestruturação do capital; que a educação superior brasileira segue a cartilha de organismo internacionais; e que os cursos irregulares de serviço social são resultados proeminentes do processo de mercantilização da educação superior.

Os resultados comprovam que o Estado brasileiro teve participação decisiva para o alastramento da comercialização da educação. As regulamentações legais concedidas às empresas com fins lucrativos, as isenções fiscais e a precarização e adoecimento do docente, estão presentes nos trabalhos selecionados e, por diferentes pontos de vista, visualizamos o compromisso da acumulação privada de capital financeiro em conjunto com empresas do setor educacional.

No entanto, constatamos que há uma escassez de trabalhos voltado para a financeirização da educação superior e os efeitos no trabalho docente. Dessa forma, esse objeto de pesquisa se faz pertinente exatamente por haver muitas lacunas existentes nesse campo de pesquisa.

A importância dessa investigação é decisiva na compreensão do atual modelo de empresa privada da educação e na relação destas com a esfera estatal. O tema de pesquisa é considerável e possui extrema importância pois ao analisar as políticas estatais voltadas para o aprofundamento da privatização educacional, nós mencionamos a importância dos trâmites políticos e econômicos e seus desdobramentos no setor educacional.

Seki (2020) desenvolveu uma tese sobre o capitalismo financeiro e a atuação na bolsa de valores das companhias de educação superior privado-mercantil no Brasil e teve como objetivo analisar a expansão dos oligopólios educacionais. O autor pesquisou a Kroton, a Estácio de Sá, a Ser Educacional e a Ânima Holding.

Seus resultados apontam que a expansão dos oligopólios se deu através do movimento de fusão e aquisição e através dos incentivos estatais provindos do fundo público para o setor da educação privada superior.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Financeirização da educação superior privada no Brasil”, se refere ao processo de financeirização do capital. Desse modo, fizemos um apanhado contextual do fenômeno a partir do conceito de mundialização do Capital (CHESNAIS, 1996) para compreensão em âmbito internacional. Posteriormente, procuramos compreender suas influências na financeirização da educação superior privada no Brasil.

O segundo capítulo denominado “Mercantilização da Estácio Participações S.A. – de filantropia à financeirizada”, apresenta a Estácio Participações S.A. a partir sua fundação e destaca as mudanças institucionais que ocorreram, desde inicialmente concebida com natureza jurídica filantrópica até a atual concepção de *holding*, após a inserção no mercado de ações financeiras. O terceiro capítulo intitulado “As estratégias da financeirização para o trabalho docente na Estácio Participações S.A.”, apresenta as principais estratégias para o trabalho docente na companhia abordando o regime de trabalho, a qualificação docente, a formação continuada e a precarização do trabalho docente pós-reforma Trabalhista de 2017.

2. CAPÍTULO I - FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL

Este capítulo trata sobre o processo de financeirização da educação superior a partir da concepção da financeirização do capital. Esse fenômeno é proveniente do século XX e apresenta-se com caráter contraditório, de exploração desigual da força de trabalho humano em busca do lucro e apropria-se dos bens socialmente produzidos (Bretas, 2020; Lapyda, 2023).

O objetivo deste capítulo foi descrever os efeitos do capitalismo financeiro para a educação superior no Brasil. Utilizou-se como referência teórica a contribuições de Marx ([1859] 2008) que fala sobre a categoria trabalho no sistema capitalista e as bases conceituais de financeirização de Brettas (2020) e Lapyda (2023). Referente a mundialização do capital, destaca-se Chesnais (1996). Sobre a crise do capital, recorre-se a Mészáros (2015; 2011) e Harvey (2011; 2018). Sobre a reforma do Estado brasileiro, utiliza-se Mancebo, Silva Junior e Schugurensky (2016) e sobre organismos internacionais, destacamos Silva Junior e Sguissardi (2020).

O capítulo foi dividido em três subseções. Na primeira subseção intitulada “Financeirização e a crise do capital”, apresenta-se uma breve contextualização sobre a mundialização do capital e o capital financeiro. Na segunda subseção, intitulada “Educação superior privado-mercantil no Brasil”, apresenta-se o panorama da reforma do Estado, flexibilização legislativa e a expansão da educação superior privada. E, na terceira subseção, intitulada “A influência dos organismos internacionais na política educacional brasileira”, explana-se sobre os impactos na política educacional brasileiro através das recomendações de organismos internacionais estrangeiros.

2.1 Financeirização e a crise do capital

Precedendo a discussão da financeirização do capital, é necessário fazer algumas discussões referente ao modo de produção capitalista, as forças produtivas e ao trabalho como atividade primordial da humanidade. Dito isso, partindo de uma análise ontológica de Marx, o trabalho é uma categoria fundamental na vida humana. O homem ao empregar o trabalho em seu cotidiano se torna responsável pela transformação da natureza de acordo com sua necessidade e, transforma a si mesmo no processo de humanização.

Dessa maneira, o trabalho exercido configura-se como uma capacidade, exclusivamente, humana. Através do trabalho o homem se apropria da natureza, bem como tudo

aquilo que foi produzido para suas necessidades vitais, tomando isso como parte integrante de si (Marx, 2004, p. 45).

No entanto, no capitalismo há uma separação entre o trabalhador e a produção, fruto do seu próprio trabalho, gerando assim um estranhamento no processo produtivo. Para Offe (1984) a entrada da força de trabalho na função do trabalho assalariado, ou seja, sua socialização segundo o modelo de mercadoria, é problemática e de forma alguma automática no início do processo de industrialização.

A retirada da criatividade do trabalhador na produção torna-lhe averso ao processo produtivo que é sustentado por ele mesmo, recaindo sobre o indivíduo um estranhamento da produção, de si mesmo e dos demais trabalhadores (Pontes, 2006). Dessa maneira, a produção torna-se alienada, colocando o trabalhador à margem do processo produtivo, das relações intrínsecas da relação homem-trabalho na produção, deixando espaço para a classe burguesa se apropriar do lucro da produção. Nesse sentido,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato mercadorias em geral (Marx, 2004, p. 80).

A propriedade privada também se caracteriza como uma expressão do trabalho alienado, tendo em vista que “A relação da propriedade privada contém latente em si a relação da propriedade privada como trabalho, assim como a relação dela mesma como capital e a conexão destas duas expressões uma com a outra” (Marx, 2004, p. 93).

No sistema capitalista, o homem fica aprisionado fisicamente e ideologicamente (alienação) ao trabalho como uma espécie de círculo que se repete. As necessidades do trabalhador são substancialmente necessárias para a manutenção da classe trabalhadora conservada para o trabalho (Brettas, 2020, p. 40). O salário também constitui a conservação do trabalhador ao sistema. O consumo capitalista exercido pelo trabalhador além de ser voltado para sua própria permanência no trabalho alienado, também ajuda a classe burguesa na reprodução do capital acrescido de juros (Marx, 2004, p. 92).

Dessa maneira, a apropriação do lucro pelo capitalista se dá através da extração de mais-valia produzidas pelos trabalhadores. O dinheiro, a partir da era industrial, se configura como capital. Na relação capitalista-trabalhador há uma apropriação do lucro excedente não pago pelo capitalista ao trabalhador. No processo de circulação econômica, parte do capital acrescido da mais-valia é reinvestido na esfera produtiva, valorizando então o capital, e o restante fica

acumulado na posse do capitalista (Marx, 2008, p. 453). Para Harvey (2018), esse processo de acumulação primitiva sempre foi presente e necessário para o funcionamento do sistema capitalista, pois esse é o movimento que dá êxito à classe burguesa.

Após abordar tais pontos sobre o trabalho na perspectiva marxiana, nos interessa também definir a importância do capital. O capital é decisivo para o processo de circulação frequente de dinheiro administrado pelos capitalistas. Chesnais (1996) aponta que o capital tem sua origem vinculada a um sistema de produção cujas relações sociais são necessárias para sua efetivação.

Para compreender melhor o ciclo do capital, Harvey (2010) pontua que o capitalista inicia o dia com uma certa quantidade de dinheiro investido no mercado. Sua estrutura financeira possui uma tecnologia cuja forma é organizacional, que combinada com a força de trabalho ativa contratada através do salário, e com a matéria-prima da produção, gera o movimento do mercado capitalista industrial. O resultado é a venda da mercadoria produzida pelo capitalista, ficando este com o lucro do negócio – apropriação do valor referente a produção excedente (Harvey, 2010, p. 41). O reinvestimento do lucro no processo produtivo assegura a reprodução do sistema capitalista.

Com todo o êxito desse processo do capital, os grandes empresários conquistaram posições de prestígio na sociedade capitalista pois “O dinheiro é uma forma de poder social que pode ser apropriado por particulares. Além disso, é uma forma de poder social que não tem limites inerentes” (Harvey, 2010, p. 43).

Enquanto o capital financeiro, este se expressa através da mudança e reestruturação do sistema capitalista inserindo os grandes bancos. Para Hilferding (1985), o capital financeiro se origina no século XIX e é composto pelos bancos e pela indústria.

De acordo com Brettas (2020, p. 49), o atual capital financeiro é composto por bancos, seguradores, credoras financeiras, isto é, por instituições financeiras. A produção de mais-valia segue o processo de reprodução do capital industrial em busca de valorização contínua, pois “É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações” (Chesnais, 1996, p. 15). No entanto, o mercado de ações é a principal maneira de atuação do capital bancário e do capital industrial. Estes atuam de maneira conjunta no mercado financeiro facilitando assim a financeirização econômica.

Segundo a autora, a atual fase do capitalismo financeiro é denominada como imperialista, devido às características da concentração do capital e a formação de grandes monopólios financeiros. Esses fatores viabilizam o encurtamento do processo produtivo e o fortalecimento do sistema de crédito, que busca principalmente a aceleração da circulação e

redução de custos na esfera financeira especulativa e acionária, visando a expansão da escala produtiva e concentração do capital ainda mais eficaz (Brettas, 2020, p. 57). Dessa maneira, “[...] os capitalistas financistas se preocupam em ganhar dinheiro emprestando a outras pessoas em troca de juros” (Harvey, 2011, p. 40).

Para Dowbor (2020), na atual fase do capital há um deslocamento da base produtiva capitalista industrial tradicional para um novo modelo produtivo, o conhecimento. O conhecimento então se enquadra como uma nova era social e a informação e a tecnologia se destacam como proeminente componente para o sistema econômico capitalista. Deste modo, o conhecimento se configura como o principal fator produtivo, no entanto, o autor defende que “Ao apropriar-se do direito sobre o produto e ao travar desenvolvimentos paralelos, a empresa canaliza para si gigantescos lucros da totalidade do esforço social, que ela não teve de financiar. Trata-se de um pedágio sobre o esforço dos outros (Dowbor, p. 92, 2020).

A consolidação do capitalismo financeiro, as transformações nos processos de produção e exploração da relação entre o capital e trabalho alimentou o crescimento de um Estado cada vez mais subordinado às demandas do mercado e menos preocupado com as políticas sociais.

Os países centrais, como os Estados Unidos, ditam como o capital deve se articular com os demais Estados periféricos – Brasil - os trabalhadores, os indivíduos e o mercado. Estes são influenciadores na economia global, possuem entidades internacionais que regulam os fluxos do capital mundial e são detentores de grandes corporações privadas transnacionais (Harvey, 1993).

Carnoy (2013) ao analisar a política estatal atrelada à economia capitalista, afirma que o sistema capitalista já não possui preocupações referentes ao estágio do capitalismo industrial, como quantidade de produção ou sua melhor distribuição. Sua atenção atualmente está voltada para quem administra a política de desenvolvimento, ressaltando a arena política como importante espaço para a reprodução do capital produtivo (Carnoy, 2013, p. 9) e financeiro (Brettas, 2020, p. 39).

Dessa maneira, entender o complexo sistema capitalista no contexto social é “Compreender o que seja política no sistema econômico mundial de hoje é, pois, compreender o Estado nacional e compreender o Estado nacional no contexto desse sistema é compreender a dinâmica fundamental de uma sociedade. (2013, p. 10).

Ainda conforme Brettas (2020, p. 41), sistema de crédito internacional, onde os bancos assumem protagonismo no capital, existente desde a Idade Média, cujo foi um propulsor importante para o capitalismo industrial pois “[...] o mecanismo de dívida pública funciona como um importante instrumento de consolidação das relações capitalistas de produção”.

Dessa maneira, a autora destaca que o capitalismo implantou no Estado a dívida pública como forma de alienação ao capital e de compromisso coletivo legitimado. Isto, para Chesnais (1996), significou uma transferência da riqueza produzida socialmente para o sistema financeiro, cujo se baseou no sistema de dívida pública e nas políticas monetárias, a melhor estrutura de lucro para os rentistas através de rendimentos financeiros.

Harvey (2010, p. 50) chama atenção para o caráter contraditório do capitalismo no perigo de estagnação do “capitalismo de Estado monopolista” no próprio sistema capitalista, pois a formação de grandes monopólios e a concorrência diminuída afetam a viabilidade do funcionamento do sistema.

As contradições existentes no sistema capitalista no século XX tiveram, também resultantes do processo de mundialização do capital, imprimem as mais elevadas formas de extração da mais-valia e a busca do lucro, que desencadeou nos Estados, em especial no Brasil, profundas desigualdades e sucessivas reestruturações estatais para o melhor funcionamento do capitalismo. Brettas (2020) afirma que o desenvolvimento do capitalismo desigual afeta a industrialização das economias dependentes. A influência de capital estrangeiro na estrutura produtiva de países periféricos, como é o caso do Brasil, gera um processo de desnacionalização e fortalecimento de monopólios estrangeiros (Brettas, 2020, p. 57).

Em âmbito ideológico, essas contradições são sentidas em toda a esfera social, em todos os direitos fundamentais, como na educação, no trabalho e na saúde com o intenso processo de reestruturação do Estado para restabelecer a lucratividade da classe hegemônica.

Para Lapyda (2023, p. 23) o destaque que o mercado financeiro possui é fruto das ações combinadas de liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros, assim como também a centralização do capital.

O fenômeno da mundialização do capital foi um fator determinante nas implicações do sistema capitalista. Para Chesnais (1996), a mundialização do capital é a expressão da economia financeira transnacional e oligopolista, dessa maneira é uma nova configuração do capital

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria um enfoque e condutas globais. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem. A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real (CHESNAIS, 1996, p. 17).

O setor industrial é muito importante para a extração da mais-valia da força de trabalho, característica necessária para o capitalismo. Mas, tem como base de circulação o setor

financeiro, pois [...] baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e pelos mais internacionalizados gestores de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação às “benesses das finanças dos mercados” (CHESNAIS, 1996, p. 17).

Por conseguinte, a financeirização é a expressão da configuração do capitalismo mundializado, com novas estratégias de regulamentação para se reproduzir na esfera financeira, essa que assume o bojo central das transações econômicas. O entendimento analítico sobre as crises do capital, em especial na fase financeirizada, nos proporciona dimensionar a nova arquitetura do sistema de acumulação no capitalismo, que se materializa nas finanças. É possível perceber também o encurtamento do espaço-tempo na produção capitalista devido suas características transnacionais (Chesnais, 1996).

Ainda de acordo Chesnais (1996), a compreensão da economia mundializada tem três componentes essenciais: intercâmbio de mercado, investimento produtivo internacional e capital financeiro. A era das tecnologias de comunicação também incidiu mudanças na organização estrutural do trabalho. A automação das funções tem importância basilar para a distribuição e desenvolvimento do trabalho, ensejando novos modelos contratuais, anteriormente inexistentes, que viabilizou a rentabilidade de investimentos privados (Chesnais, 1996, p. 34).

Para Brettas (2020), a financeirização foi um conjunto de reestruturação produtiva voltada para a bancarização das relações de produção que incorporou junto ao Estado a dívida pública, os serviços públicos fundamentais e a seguridade social (Brettas, 2020, p. 22). Dessa maneira,

O fenômeno da financeirização pressiona a reorganização da base produtiva, lócus da geração da riqueza. Fortalecido pelas políticas de ajuste fiscal, reforça e amplia a transferência de valor em direção aos países imperialistas, bem como aprofunda os mecanismos de superexploração da classe trabalhadora [...] (BRETTAS, 2020, p. 163).

Na mesma linha de raciocínio, Lapyda (2023) compreende que o nascimento da financeirização está ligado ao surgimento do neoliberalismo e a toda uma estrutura cedida pelo Estado para a reconfiguração de crises sistêmicas do capital. Nas palavras do autor,

A financeirização, nessa perspectiva, se associa intimamente ao advento do neoliberalismo e ao tipo de globalização que ele impulsionou. Seu surgimento se relaciona a uma situação econômica específica, e seu sucesso decorre dos esforços organizados das classes (e Estados) dominantes, combinados a um contexto histórico-político particular de enfraquecimento das resistências sociais e ideológicas da classe trabalhadora (Lapyda, 2023, p. 23).

As políticas neoliberais, iniciadas primeiramente no Chile, no Governo Pinochet, e depois no Reino Unido decorrentes de momentos de crises mundial, adentraram no Brasil por meio da reestruturação do Estado, com políticas liberalizantes e privatistas e o aumento da exploração da força de trabalho. O neoliberalismo é um projeto de dominação de classe, que visa ampliar as bases da extração da mais-valia, coloca o Estado à disposição do capital privado, aumenta a exploração da classe trabalhadora e restringe movimentos de resistência dos trabalhadores (BRETTAS, 2020, p. 162).

É importante ressaltar que a principal escola que orientou a elaboração da doutrina – como o individualismo, os benefícios universais da troca e a defesa do livre mercado, neoliberal – foi justamente Escola de Chicago em oposição ao chamado intervencionismo estatal e às políticas de bem-estar implementadas a partir da década de 30.

Já conforme Dowbor (2020) o neoliberalismo está relacionado às mudanças sistêmicas no modo de funcionamento capitalista diante de crises cada vez mais frequentes que, para o autor:

O capitalismo está mudando de maneira acelerada e em profundidade. Podemos utilizar adjetivos que caracterizem as mudanças ou ordená-las em fases, referindo-nos aos capitalismo imperialista, liberal, rentista, neoliberal ou global, dependente ou dominante, central ou periférico. Podemos ainda nos referir a um conjunto de regras, como as do Consenso de Washington, para dar uma visão mais integrada do que queremos expressar, à Terceira ou à Quarta Revolução Industrial ou, ainda, ao Antropoceno. De forma geral, temos caracterizado “tudo isso aí” de neoliberalismo. O animal continua a ser o mesmo, mas com cores diferentes, uma juba maior, um comportamento mais ou menos agressivo, mais ou menos articulado ou desarticulado (DOWBOR, 2020, p. 22-23).

Nesse sentido, é notável que o processo de financeirização e o neoliberalismo são parte da mesma processualidade histórica viabilizada pelas sucessivas reformas estatais para adequar a institucionalidade estatal às necessidades do financeiro. A crise do modelo keynesiano foi o fator fundamental de transição para o regime de acumulação flexível e a financeirização, reordenando a base produtiva para manter as condições propícias para a acumulação do capital (LAPYDA, 2023, p. 92).

A crise mundial do capital da década de 1970 expôs as ações articuladas que a burguesia encadeou para pôr fim às dificuldades de expansão do capital e criar formas de produção flexível. As crises financeiras revelaram que para alcançar a superação, o capitalismo busca novos mecanismos de regulação da economia mundial, reconfigurando suas bases econômicas, assim como também política com as medidas neoliberais adotadas pelos Estados.

Mészáros (2009) afirma que os momentos de crises e retomadas fazem parte da crise estrutural do capital. Os constantes esforços para reerguer as bases do capital para sua

reinvenção possui contradições estruturais que vão se recriando a cada momento de colapso para assegurar a acumulação do capital.

De acordo com Lapyda (2023) ao analisar a crise do capital no modelo fordista-keynesiano, postula que foi necessário um conjunto de ações para recuperação do sistema capitalista, como “[...] minar o poder da classe trabalhadora através da liberalização dos mercados, da reversão das conquistas do Estado de bem-estar, do ataque aos sindicatos, da transferência da produção para países com condições de trabalho mais favoráveis [...]” (LAPYDA, 2023, p. 26).

Para Mézaros (2016), os efeitos de alternância de crises curtas ou duradouras evidências que há uma corrosão na estrutura do capital. O *depressed continuum*, movimento de acumulação infundável do capital, demonstra que a expansão incontrolável do capital pode nutrir ciclos destrutivos. A reprodução social do capital no mercado e nas relações comerciais globais apresentam inúmeras distorções econômicas e sociais.

Com a finalidade de tirar o capitalismo da crise e retomar a conjuntura de lucratividade mundial, medidas foram tomadas para recuperação e reaquecimento do capital, como desregulamentações legais para fomentar o livre mercado. No entanto, Mézaros (2011) afirma que as crises do sistema capitalista não são solucionadas, mas deslocadas e estendidas, tornando-se assim parte de um sistema contraditório (Mézaros, 2011, p. 697).

Na década de 1980 a difusão do capital internacional foi uma marca registrada e necessária para o mercado expansionista. De acordo com Chesnais (1996), o capital mundializado é composto por dois momentos que mantêm relações intrínsecas. O primeiro é o período clássico do imperialismo, que é composto por a) centralização de capital industrial e formação de oligopólios; b) surgimento do capital financeiro e; c) exportação de capital e mercadoria. O segundo momento coaduna com os apontamentos de Lapyda (2023), composto por um intenso processo de privatização e desregulamentação do Estado e reestruturação das políticas sociais.

Um fator novo para o capital financeiro é que a combinação de investidores internacionais para concretizar o predomínio da iniciativa privada e a racionalização da atuação empresarial demonstra que o capital mundial para alcançar seus êxitos se remodela não só de acordo com o mercado, mas também com as necessidades essenciais para preconizar seu triunfo (CHESNAIS, 1996, p. 15). Desse modo,

O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões e aquisições transfronteiriças engendram estruturas de oferta altamente concentrada a nível mundial (CHESNAIS, 1996, p. 36).

Destarte, a nova etapa de produção capitalista sob dominância do financeiro que rompe com as fronteiras dos Estados e cria um processo de financeirização crescente com a presença da acumulação de capital sem precedentes.

O capitalismo possui também um ideário político referente à economia capitalista. Netto (1992) apresenta a diferença de forças na posição política das classes sociais

A transição do capitalismo concorrencial a idade do monopólio concretizou três fenômenos que, embora deitando raízes genéticas no bojo do período “liberal” do capitalismo, só ganharam gravitação evidente no marco do novo estágio: proletariado constituído como classe para si, em que a burguesia operando estrategicamente como agente social conservador e o peso específico das classes e camadas intermediárias. Pontuar estes fenômenos, no modo em que se apresentam no fim do século XIX e nos primeiros anos do presente século, é um passo fundamental para apanhar a peculiaridade dos protagonistas históricos-sociais e seus projetos políticos-sociais na afirmação do capitalismo monopolista. (Netto, 1992. p 50- 51).

A passagem acima elucidada que a burguesia possui estrategicamente controle político-social referente às demandas do Estado neoliberal para a classe trabalhadora. Lapyda (2023) pontua que ao Estado cabe a premissa de assegurar direitos básicos aos cidadãos, a privatização em larga escala, para diminuir os fluxos de investimentos estatal no mercado, a livre concorrência, a abertura do Estado ao mercado estrangeiro e contenção das reivindicações sindicais dos trabalhadores (Lapyda, 2023, p. 26-27).

Houve muitas transformações na vida cotidiana do homem no século XX. As esferas industrial e financeira atuam de maneira conjunta no convívio social. Anteriormente, os indivíduos eram vinculados a uma atividade produtiva fabril. No entanto, no atual estágio do capitalismo financeirizado, o indivíduo que exerce um trabalho ativo - pois só assim é possível haver valor – sofre com a extração da mais-valia na produção, assim como também sucumbe à esfera da finança dos créditos consignados e altas taxas de juros. Dessa forma, a classe trabalhadora é superexplorada de duas maneiras, pela mais-valia e pelos bancos.

Sobre a classe trabalhadora nesse contexto, Mészáros (2011) evidencia que em momentos de crise a taxa de lucro o capital declina inevitavelmente. As contradições estruturais do capital se sobressaltam pelo constante movimento de expansão das forças produtivas, até o ponto que estruturalmente o sistema colapsa, gerando crises em dimensão mundial e incontroláveis no conjunto econômico, político e social. As consequências desse efeito recaem diretamente no trabalhador, este que é pilar do modo de produção capitalista no processo de extração da mais-valia, mas que paradoxalmente, é o primeiro a sofrer com a deterioração do sistema.

A relação desigual das classes sociais existente entre os capitalistas e os trabalhadores são para Harvey (2016, p. 75) substrato de contradições do capital, que:

Embora a relação entre trabalhador e capitalista seja sempre uma relação contratual individual (em virtude do caráter de propriedade privada da força de trabalho), não é difícil entender que, tanto no mercado de trabalho quanto no processo de trabalho, haverá uma relação geral de classes entre o capital e o trabalho que inevitavelmente – como todas as relações de propriedade privada – envolverá o Estado e a lei como árbitros, reguladores ou executores. Isso acontece em virtude da contradição sistêmica entre direitos de propriedade privada individual e poder estatal. Nada impede que os trabalhadores, individual ou coletivamente, se organizem e lutem por condições melhores, e nada impede que os capitalistas se esforcem, também individual ou coletivamente, para pagar aos trabalhadores menos do que o valor justo de mercado ou reduzir o valor da força de trabalho (fazendo cortes na cesta básica de produtos considerados necessários para a sobrevivência do trabalhador ou baixando os custos da cesta básica vigente). Tanto o capital quanto o trabalho estão no direito de lutar por essas questões e, como disse Marx em uma frase bem conhecida, “entre direitos iguais, quem decide é a força” (HARVEY, 2016, p. 75).

À vista disso, as demandas econômicas e sociais da classe trabalhadora podem até ser contempladas no Estado capitalista burguês, mas entende-se que este movimento não necessariamente seja “natural” ou “frequente”, pois o monopólio do capital controlado pela burguesia sempre projeta no lucro seu objetivo central (Netto, 1992, p. 25).

Nesse sentido, Mészáros (2015) constata que a expansão da lógica capitalista em busca constante do lucro degrada o Estado capitalista e a estrutura que o sistema necessita, pois inflige suas próprias fronteiras causando contradições fundamentais. O constante objetivo de lucro empregado pela burguesia, coloca nos limites históricos riscos de exaustão de recursos ecológicos resultantes da exploração capitalista ao mais elevado nível do planeta, comprometendo a própria estrutura sociometabólica do capital. O autor expressa a contradição do sistema capitalista diante de suas mudanças estruturais que se torna cada vez mais agigantadas e com maior potencial destrutivo do mercado (Mészáros, 2015, p. 95).

2.2 Educação superior privado-mercantil no Brasil

Analisa-se a seguir os principais marcos legislativos de flexibilização ao setor privado-mercantil, as políticas adotadas pelo Estado, o surgimento da Estácio Participações S.A. nesse cenário e a influência dos organismos multilaterais para a reforma do Estado neoliberal. E, entender como a expansão da educação superior exige uma análise sobre o capitalismo de predominância financeira no Brasil. Para Chesnais (1996) a mundialização do capital é a atual configuração do capital transnacional, composto por uma base financeira que é pautada na concentração do capital rentista, que esvaziou a responsabilidade administrativa do Estado sobre as políticas sociais, transferindo-as para a esfera mercantil (CHESNAIS, 1996, p. 186).

Apesar do processo de financeirização da educação superior não ser um fenômeno novo, este movimento, no Brasil, ainda é muito recente, cujo começou efetivamente em 2007. No

entanto, o processo de expansão do setor privado-mercantil na educação superior possui estruturas que lhe foi concedida vem de períodos anteriores.

Segundo Carvalho (2013), o processo de mudança da estrutura institucional da educação superior no Brasil teve início no período do regime militar com a Reforma Universitária de 1968. A Reforma Universitária criada pelo governo militar em conjunto com a burguesia nacional não fortaleceu um caráter democrático à educação superior no Brasil.

Para Carvalho (2013), a transformação da educação em mercadoria no Brasil foi resultado de um processo de globalização. Com finalidade de expansão, na década de 1980 o capitalismo rentista em consonância com Estados neoliberais enseja reformas estatais e flexibiliza o mercado para grandes instituições financeiras (Mancebo; Silva Junior; Schugurensky, 2016, p. 211).

O caráter elitista existente no período da reforma universitária teve como objetivo atacar os movimentos sociais estudantis e acadêmicos com uma proposta de antirreforma universitária, viabilização da inserção de estudantes de classe média no ensino superior público e a formulação da educação superior como mercadoria. Dessa forma, o governo ditatorial aliado às premissas do capital internacional pôs em prática o projeto desenvolvimentista com políticas educacionais modernizantes e voltadas para a exigência mercantil.

A ‘racionalização e a eficiência’, que foram defendidas no decorrer do regime militar por diversas consultorias, comissões e por grupos de trabalho constituídos por norte-americanos ou em parceria com eles (Relatórios *Atcon*, da Equipe de Assessoria do Planejamento da Educação Superior – Eapes –, do MEC, da *United States Agency for International Development* – Usaid – e do GT da Reforma Universitária), além dos Decretos n. 56, de 18 de novembro de 1966, e n. 252, de 28 de fevereiro de 1967, iriam constituir o conteúdo essencial da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 e contribuir para prover a segurança do novo modelo de crescimento. A reforma de 1968 – Lei n. 5.540/1968 – estabeleceu, entre outras medidas, a obrigatoriedade da associação entre ensino e pesquisa, determinou o fim da cátedra vitalícia, tornou obrigatório o regime departamental e criou a carreira docente (Thiengo, 2018, p. 304).

A ditadura do regime militar, notoriamente, favorecia o incentivo ao setor educacional privado, em especial por meio de incentivos fiscais. A política estatal de benevolência à expansão da educação privada evidencia a exaltação do mercado em detrimento ao Estado, financiando pequenas instituições de ensino superior privado (Mancebo, Vale, 2013, p. 83).

No Brasil, a tendência ao privatismo na educação não é um fenômeno recente. Mancebo, Silva Junior e Schugurensky (2016) ao analisar historicamente esse processo pontuam que houve três fases do processo mudança da educação superior nacional: a criação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE); o governo FHC e o primeiro mandato do governo

de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e a desregulamentação legislativa e o governo Lula e Governo Dilma Roussef e o fomento das políticas educacionais mercantis.

A primeira fase ocorreu em 1995, com a prevalência do capital financeiro na área educacional e se materializa em um conjunto de reformas na implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) (BRASIL, 1995). Estabelecido pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE) no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2001), seu objetivo foi implantar reformas nas mais diversas áreas da administração pública, implantar mudanças no ajuste fiscal na economia nacional e instituir legalmente as parcerias público-privada na educação superior.

De maneira geral, o PDRAE foi a expressão da política neoliberal, com característica de gestão gerencial que assegurava ao capital privado uma participação do Estado na oferta de serviços essenciais em troca de financiamento, em especial nas políticas sociais.

Houve uma “[...] abertura comercial, na desindustrialização, na desregulamentação, nas privatizações, no enxugamento do Estado e no acirramento da competição pelo fundo público entre o mercado nacional e externo [...]” (Souza, 2022, p. 58). Nesse sentido, o PDRAE foi um marco legal referente ao processo de expansão do setor privado educacional no Brasil e as políticas neoliberais e se fortaleceu no governo de FHC (Silva Junior; Sguissardi, 2001, p. 29).

A segunda fase abrange o governo FHC, assim como também o primeiro mandato do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007). Estes dois governos fortaleceram o setor privado na educação superior brasileira com flexibilizações legislativas embasadas no PDRAE. Seu objetivo foi o fortalecimento da pesquisa aplicada, de cursos mais rápidos, inclusive apoiados em tecnologias de informação e comunicação, de processos avaliativos ou de regulação calcados em resultados (Mancebo; Silva Junior; Schugurensky, 2016, p. 210).

A terceira fase compreende o governo Lula, bem como a gestão de Dilma Roussef (2011-2013) e o destaque de período foi para os programas institucionais voltados para expansão da educação superior privada. O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) foram grandes expoentes das políticas voltadas para o mercado privado, ancoradas no fundo público com crescentes generalizações de isenções fiscais e previdenciárias (Mancebo; Silva Junior; Schugurensky, 2016, p. 209-210).

Em vista disso, a privatização da educação faz parte de um processo imbricado da reforma do Estado, estabelecendo a redução da sua participação nas políticas sociais, em especial na educação superior, fortalecimento do processo de expansão mercantil e diminuição de investimentos públicos nas Instituição de Ensino Superior (IES) públicas (Chaves, 2010, p. 482).

Sobre as regulamentações das políticas educacionais brasileiras, destacamos aqui algumas normativas que representam o processo de flexibilização legal para fortalecimento do capital privado e a utilização de benefícios concedidos pelo Estado. De maneira geral, analisaremos algumas legislações que influenciaram a abertura do mercado da educação superior no Brasil, no entanto, não faremos análises específicas pois este não é nosso principal intuito.

O Art. 7 da Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 representa legalmente o incentivo do Estado brasileiro à liberalização da atuação de IES privada ao considerar a livre atuação da educação privada e a capacidade de autofinanciamento

Art. 7º: O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal. (Brasil, 1996).

Outra legislação importante para compreender o avanço da educação privado-mercantil foi a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)/1996, cujo Estado se tornou responsável pelas regulações das políticas educacionais brasileira.

A LDB foi proeminente, do ponto de vista jurídico, para a expansão do ensino superior no Brasil e decisiva com criação de decretos que regulamentaram o ensino superior privado com fins lucrativos, de acordo com os Art. 19 e 20:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - Públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - Privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (BRASIL, 1996).

O Art. 19 sinaliza a existência das categorias administrativas das IES no Brasil, já asseguradas constitucionalmente no Art. 7 da CFB/1988 (Brasil, 1996). Posteriormente, o Art. 20 faz a diferenciação entre as IES privadas.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I – Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II – Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009)

III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e

ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
IV – **Filantrópicas**, na forma da lei (BRASIL, 1996 – Grifo nosso).

Esse aparato normativo artigo 20 (vinte) regulamentou as atividades das IES privadas, estabelecendo diferenciações entre as atividades sem fins lucrativos, com fins lucrativos e filantrópicas. As IES com fins lucrativos receberam isenção fiscal dos impostos federais, patrimoniais e de serviços, assim como também garantiram acesso a verba do fundo público (CARVALHO, 2013, p. 762).

O Decreto da LDB 207/97, que posteriormente foi substituído pelo Decreto nº 2.306/97, referente a organização administrativa das IES, representou legalmente a possibilidade de mudança de natureza jurídica de instituições já existentes.

Parágrafo único. As entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior poderão se constituir sob qualquer das formas de pessoa jurídica, de direito privado previstas nos incisos I e II do art. 16 do Código Civil Brasileiro (BRASIL, 1997).

O parágrafo único demonstra a possibilidade que o Estado concedeu, por vias legais, de facilitar a expansão das IES privadas e se autodeclararem instituições com fins lucrativos. Nesse sentido, a expansão do setor privado-mercantil possuía estímulo legal para se efetivarem de acordo com o aparato legislativo. (Sousa, 2018, p. 38).

Chaves (2010) sinaliza que a LDB deu margem para as IES filantrópicas, ou seja, sem fins lucrativos, se aproximarem do Estado para captar verba pública, com a justificativa de se autodeclararem instituições públicas não estatais. (Chaves, 2010, p. 487).

A partir dos pontos expostos, o setor de privatização da educação brasileira se expandiu no Brasil. As empresas educacionais encontraram no mercado de ações da Bolsa de Valores (BV) o espaço ideal para seus investimentos financeiros.

A valorização do capital especulativo despertou nos grandes conglomerados educacionais mudanças na competitividade existente no sistema capitalista e na dinâmica organizacional e corporativa que afetaram, de maneira expressiva, a atuação no campo educacional. Dessa maneira, Mancebo, Silva Junior e Schugurensky (2016) consideram que

Assim, pode-se afirmar que grandes transformações ocorreram nas universidades e na educação superior em boa parte do mundo, engendradas, em última instância, pela hegemonia do capital financeiro, sob a égide do capital portador de juros e do capital fictício (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, p. 209, 2016).

A financeirização da educação superior privada se consolidou no país por meio de fundos de investimentos. A crescente mercantilização da educação superior privada no Brasil ocasionou a formação de grandes oligopólios no setor educacional.

A Estácio Participações S.A. se constitui como um exemplo de empresa de ensino superior privado-mercantil financeirizada. Criada em 1970, na Zona Norte do Estado do Rio de Janeiro, tinha sua atuação com a Faculdade de Direito da Estácio, sob direção de João Uchôa Cavalcanti Netto – o fundador da instituição.

Desde sua fundação, a Estácio Participações S.A. já era considerada uma instituição com destaque no setor privado-mercantil e expandiu-se por meio do processo de desregulamentação legislativa e incentivo estatal para investimentos privados.

A estratégia de expansão para alcançar o aumento de matrículas da Estácio Participações S.A é embasada no processo de fusão e aquisição e na diversificação dos produtos educacionais que se tornaram comercializáveis, como cursos de graduação, pós-graduação, para o Enem cursos digitais, cursos específicos de medicina – Residência Médica – e de direito.

De acordo com Laredo (2023), na tabela abaixo, baseado no Censo da Educação Superior Brasileira (2011-2020), podemos notar que houve um aumento das matrículas de Graduação (Tabela 1), no período de 2011 a 2020, de 28,8%. Nota-se que a evolução da educação à distância tem um aumento considerável de 2011 a 2020. Foram 212,8 % o aumento de matrículas em regime de ensino à distância. O crescimento foi gradual, sendo o ano de 2018, um salto na quantidade de matrículas.

Tabela 1 - Evolução no número de matrículas do setor privado mercantil (Presencial x EAD) - 2011-2020

ANO	TOTAL	PRESENCIAL	%	DISTÂNCIA	%
2011	6.739.689	5.746.762	85,3	992.927	14,7
2012	7.037.688	5.923.838	84,2	1.113.850	15,8
2013	7.305.977	6.152.405	84,2	1.153.572	15,8
2014	7.828.013	6.486.171	82,9	1.341.842	17,1
2015	8.027.297	6.633.545	82,6	1.393.752	17,4
2016	8.048.701	6.554.283	81,4	1.494.418	18,6
2017	8.286.663	6.529.681	78,8	1.756.982	21,2
2018	8.450.755	6.394.244	75,7	2.056.511	24,3
2019	8.603.824	6.153.560	71,5	2.450.264	28,5
2020	8.680.354	5.574.551	64,2	3.105.803	35,8
2011/2020	28,8	-3,0	...	212,8	...
Δ (%)					

Fonte: Laredo (2023)

De 2011 a 2020, o crescimento do ensino a distância em detrimento do presencial pode ser justificada pela política adotada desde o Governo Dilma que favoreceram o crescimento do setor privado, uma delas é o financiamento, direto e indireto, às IES privadas via ProUni e Fies

e (des)financiamento das universidades federais. Outro aspecto, como aponta Brito (2019), é pressão exercida por meio do FERESP (Entidades Representativas do Ensino Superior Particular) junto aos órgãos do governo para liberação da regulação do EAD para apoiar a expansão do ensino superior neste período.

O ensino de Educação à Distância (EAD) tem um caráter mercadológico muito acentuado no Brasil. Sua característica de agilidade com um ensino não presencial, garante uma flexibilidade na formação e permite, com muita frequência, uma espécie de “requalificação” ou “reciclagem” de trabalhadores. A tecnologia se torna um meio de formação profissional, fator muito importante para o mercado do setor educacional (MONTE, 2010, p. 79).

De acordo com Pereira (2022), nos documentos da Estácio Participações S.A. “*a apresentação da Estácio*” (2019), no primeiro trimestre, houve um aumento de 28,6% nas matrículas EAD, enquanto as matrículas de ensino presencial regrediu -0,5% (PEREIRA, 2022, p. 23). Segundo os dados da YDUQS (2022) o perfil de aluno da Estácio Participações S.A. ainda é mais atraído pela educação presencial, conforme aponta o *relatório Apresentação Corporativa* (2022) (Figura 1).

Vale (2012) destaca que a Estácio Participações S.A. “cresceu com a presença nada insignificante de isenções fiscais e tributárias bastante generosas, apontando para a clara presença do fundo público na reprodução ampliada do setor” (VALE, 2012, p. 4).

A empresa apresenta em sua trajetória expansionista mercantil os aspectos relacionados aos benefícios concedidos pelo Estado. Em 1988 a IES adquiriu o *status* de universidade através da aquisição de novas instituições de ensino superior, no entanto foi a partir dos anos 2000 que a empresa se consolidou no mercado educacional. Nesse sentido, sobre as estratégias adotadas pela empresa para expansão nacional, entende-se que:

[...] não se pode pensar o crescimento do privado-mercantil como uma anomalia ou como resultado de uma espécie de ausência de direção ou planejamento educacional, mas como o resultado de uma política – de Estado – que beneficiou imensamente esse empresariado, forjada em um momento específico de penetração mais direta dos interesses empresariais no próprio aparato do estatal, incluindo aí as instituições e estruturas que forjam o sistema econômico e financeiro em que se movem as empresas, contabilizando-se as educacionais (VALE, 2012, p. 12).

Portanto, a concentração de capital e aderência ao mercado financeiro fomentou o processo de financeirização das instituições privadas proporcionando o fortalecimento de conglomerados educacionais. Esta trajetória do mercado educacional privado-mercantil encontrou facilidade nas políticas governamentais privatizadoras, advindas da concepção do Estado neoliberal que se consolidou internacionalmente, principalmente com a atuação de organismos internacionais, como veremos a seguir.

2.3 A influência dos Organismos Internacionais na política educacional brasileira

A reforma do Estado com viés de uma política social voltada para o neoliberalismo foi um movimento internacional. Seguem neste tópico pontos importantes sobre a articulação da reforma do Estado e a influência externa nas políticas sociais – destacando a educação superior.

A reestruturação do Estado brasileiro acompanhou direcionamentos de organismos multilaterais estrangeiros de países com economias centrais, como os países da Europa Ocidental. O intuito destes organismos nos países periféricos, como é o caso do Brasil, foi conceder empréstimos para países em “desenvolvimento”, instaurando assim uma série de reformas do aparelho estatal.

Para Amaral (2003), a reforma da educação superior, presente em vários países, seguiu as diretrizes comuns em colocar o mercado como agente central de direcionamento institucional (AMARAL, 2003, p. 88). Assim sendo, os direcionamentos dos organismos multilaterais aos países periféricos tratam a educação com um bem comerciável e mercadológico.

O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)² foram criados juntos, na Conferência de Bretton Woods³ com o objetivo de financiar a reconstrução da Europa logo após a Segunda Guerra Mundial e de conter a economia mundial de graves recessões e crises econômicas.

Na década de 1990, o FMI se tornou órgão oficial de recomendações econômicas internacionais a países subdesenvolvidos, onde juntamente com o BM se realizou o Consenso de Washington. A presença de orientações políticas e econômicas neoliberais, sobretudo, pela dissolução do socialismo, foi determinante para os ditames prescritos pelo FMI aos países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”.

Assim sendo, as reformas educacionais, principalmente a partir da década de 1990 no governo FHC, tiveram como objetivo principal fomentar a reestruturação do Estado brasileiro, destacando o mercado no centro da relação estatal. Dessa forma, a flexibilização para atuação do mercado privado-mercantil e a competitividade foram necessárias para a desinvestimento estatal na educação superior.

A notoriedade desses dois órgãos internacionais é que ambos expressam o modelo econômico norte-americano, pois ambos são atrelados ao Departamento de Tesouro dos Estados Unidos. Dessa forma, os direcionamentos econômicos e políticos neoliberais foram

2

3

bem estimulados em países latinos, africanos e asiáticos, com a ideologia do mercado livre, da privatização e desregulamentação econômica.

Com orientações neoliberais, o Consenso de Washington instruiu dez diretrizes principais aos países “subdesenvolvidos”: a) abertura comercial; b) privatização de estatais; c) redução de gastos públicos; d) disciplina fiscal; e) reforma tributária; f) desregulamentação; g) estímulo a investimentos estrangeiros; h) juros de mercado; e i) câmbio de mercado (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, p. 40, 2020).

Em 1998, após a Conferência Mundial sobre Educação Superior da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), foi proclamada a máxima previsível, que a educação superior no Brasil seria considerada também um bem privado, portanto disponível para a acumulação de capital e apropriação dos lucros pelo mercado educacional (Sguissardi, p. 101, 2008).

A relação entre educação e mercado é uma realidade desde a década de 1960. Um dos organismos internacionais é a Organização Mundial do Comércio (OMS), responsável pela regulamentação do comércio mundial. Este órgão possui acordos internacionais do comércio internacional, o qual está inserido o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS)⁴ (SANTOS FILHO, p. 67, 2016). O autor também argumenta que o sentido de educação ser um atributo básico do homem, principalmente para a formação profissional e humanística, se choca com os sentidos da GATS que considera a educação um produto mercadológico. A proposta da GATS é a liberação do comércio para serviços educacionais e o estabelecimento da relação público-privada, com incentivos governamentais para as instituições privado-mercantil.

O processo de expansão do capital tende a reorganizar o espaço social da educação segundo sua própria racionalidade, entretanto, não o fazendo apenas do ponto de vista econômico: no ato mesmo da reorganização econômica, a esfera de natureza simbólico-cultural altera-se, para constituir-se de valores e signos próprios da lógica do capital em um processo de subsunção do educacional à produção econômica, no contexto da tecnificação da política e da cultura. Portanto, a um só tempo, redefinem-se profundamente as ações de natureza pública e privada, nas mais variadas atividades humanas no âmbito do Estado e da sociedade civil (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2020, p. 96).

Compreender o processo da expansão da educação superior no Brasil como produto da mais profunda mercantilização dos serviços básicos necessários para vida humana é uma tarefa árdua de observação e questionamentos. Sguissardi (2018) salienta que o sucesso do mercado da educação superior foi composto pela desregulamentação jurídica na inserção de capital estrangeiro e ressalta que “A liberação da universidade multicampi e dos limites geográficos

⁴ GATS, sigla em inglês que significa General Agreement on Trade in Services

para as redes, entre outras razões, está facilitando a empreitada dos grupos e fundos de investimentos, que ultrapassam as fronteiras estaduais e até nacionais (Sguissardi, p. 16, 2018).

O cenário da educação superior privado-mercantil no Brasil possui então a inserção da lógica mercantil na educação e a influência do Estado através de incentivos dos organismos multilaterais – principalmente o BM e FMI-. Nesse sentido, pode-se inferir que, na realidade atual, as políticas educacionais por estarem atreladas ao sistema capitalista financeiro, se utiliza das desregulamentações e privatizações instituídas pelo Estado, com influência dos direcionamentos de organismos multilaterais estrangeiros, para alcançar seu mais alto grau de lucratividade em países periféricos.

3. CAPÍTULO II - MERCANTILIZAÇÃO DA ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. – DE FILANTRÓPICA À FINANCEIRIZADA

A expansão de instituições de educação superior no Brasil ocorre há um longo período histórico, tendo o aparato do regime militar seu principal fortalecimento legislativo. A partir da década de 1990, as reformas do Estado e as políticas neoliberais fortaleceram esse setor mercantil.

Segundo Chesnais (1996), a expansão da educação superior por meio de instituições privadas de caráter estritamente mercantil deve ser analisada no contexto global de valorização do capital. É a partir da “mundialização financeira do capital” que se consolida o atendimento educacional via grandes empresas, cujo objetivo é declaradamente o lucro. O desfecho desse processo é viabilizado com a participação do capital financeiro, por meio dos grandes fundos de investimento, nacionais e internacionais, com a entrada no País de grupos educacionais estrangeiros, de capital fechado ou aberto, e, com o ingresso de grupos educacionais brasileiros no mercado de ações das bolsas de valores. (Chesnais, 1996, p. 58).

De acordo com esse cenário de educação superior privado-mercantil, destacamos a Estácio Participações S.A, empresa de serviços educacionais que foi fundada 1970. Inicialmente, registrada como uma empresa sem fins lucrativos de caráter filantrópico, a Estácio Participações S.A se encontra atualmente como uma grande empresa educacional, com investimentos de capital aberto na Bolsa de Valores (BV) e é conhecida como YDUQS.

Nesse sentido, trataremos sobre a fundação da Estácio Participações S.A.⁵, as respectivas mudanças institucionais de acordo com os fenômenos históricos, que abordam desde o regime militar, momento de criação da Estácio Participações S.A., até seu grau de instituição educacional financeirizada. Os percursos metodológicos deste capítulo estão embasados na literatura sobre a temática. Também utilizaremos documentos específicos da companhia. Os Relatórios de Sustentabilidade e de Demonstrações Financeirizas Padronizadas serão utilizados como fonte documental primária.

Utilizou-se como base teórica Vale (2011, 2012) para caracterizar a Estácio Participações S.A. desde sua fundação. Referente à mercantilização da educação superior privada, utilizamos Mancebo e Vale (2013); Chaves, Santos e Kato (2020); Carvalho (2013).

A primeira subseção, intitulada “Estácio Participações S.A. – fundação e expansão privada”, trata sobre o panorama da companhia desde sua criação até sua primeira participação no Mercado da Bolsa de Valores (BV).

A segunda subseção, chamada “Inserção no mercado financeiro e a nova reestruturação da companhia”, é referente ao novo estágio da empresa como *holding* e suas novas estratégias financeiras.

3.1 Estácio Participações S.A. – fundação e expansão privada

A Estácio Participações S.A, foi fundada em 1969, no município do Rio de Janeiro, cujo denominação dava-se por Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (SESES). A IES privada foi criada em um contexto de ditadura militar e, como já vimos no capítulo anterior, a política educacional do Brasil beneficiou todo o grupo do empresariado do setor da educação superior, principalmente, com isenções fiscais e tributárias.

Segundo Vale (2012), a ideologia neoliberal do regime militar sempre direcionou as políticas educacionais a favor do setor privado-mercantil. Dessa maneira, a autora afirma que houve um processo de pulverização de investimentos no setor da educação superior com a liberalização legislativa concedida pelo Estado brasileiro aos empresários do ramo educacional, principalmente após a implantação do PDRAE (1995) e da LDB (1996). Esse movimento foi decisivo para o favorecimento e consolidação da financeirização da educação superior brasileira (VALE, 2012, p. 2).

De acordo com Chaves, Santos e Kato (2020), a aprovação do exercício das IES privadas, na CFB (1988) e da LDB (1996) foi decisiva para a obtenção de lucro através da expansão do ensino superior privado e favoreceu, posteriormente, o mercado de investimentos na BV (CHAVES; SANTOS; KATO, 2020, p. 6).

Ainda de acordo com o estudo Vale (2012), no trabalho intitulado “A expansão do seguimento privado-mercantil na educação superior brasileira” (2012), a autora ressalta que houve dois momentos importantes para a privatização da educação superior: a) intenso processo de expansão das IES privadas através do financiamento público; e b) a relação mantenedora e mantidas na educação superior privadas.

Sobre ao incentivo do Estado relativos as isenções fiscais, Chaves, Santos e Kato (2020) argumentam que

Ao privilegiar a ampliação do acesso do ensino superior por meio de instituições privadas o governo federal aumentou significativamente o financiamento público a tais instituições. Essa política, alicerçada em orientações do Banco Mundial, contribui

para viabilizar os lucros dos grupos financeiros/educacionais em especial os grupos de capital aberto como a Kroton/Anhanguera, **Estácio Participações S.A.**, **Ânima Educação** e a **Ser Educacional** (CHAVES; SANTOS; KATO, 2020, p. 9 – Grifo nosso).

Referente a relação mantenedor-mantida, Chaves (2010) entende que as instituições filantrópicas, natureza jurídica que a Estácio de Sá se declarou desde o momento de sua autorização de funcionamento, se beneficiaram das isenções fiscais, pois

A subdivisão do setor privado se apresenta, pois, em duas vertentes diferenciadas – de um lado, os estabelecimentos tidos como não lucrativos e, de outro, os que se apresentam como empresas destinadas a auferir lucro –, oferecendo nova configuração à disputa clássica entre os defensores da escola pública e os defensores da escola privada. Ao distinguirem-se das instituições lucrativas, as confessionais ou filantrópicas visam aproximar-se do setor público, reivindicando o acesso a verbas públicas. Utilizando a justificativa do seu caráter não lucrativo, estas instituições se autodenominam públicas não estatais. A aprovação da LDB, no entanto, favoreceu não apenas as instituições ditas não lucrativas, mas também o setor empresarial, que almeja somente o lucro com as atividades educativas, quando possibilitou a institucionalização de outras modalidades de IES que não precisam, necessariamente, atuar com a premissa constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão[...] (CHAVES, 2010, p. 487).

Nesse sentido, a autora ressalta que a Estácio Participações S.A. expandiu-se com utilização de concessões estatais em espécie de isenções fiscais e tributárias, ludibriando a legislação sobre a alteração da natureza jurídica empresarial. Posteriormente nos atentaremos mais a este tópico.

Com o objetivo de abranger suas atividades, no ano de 1970 a instituição enviou um pedido de autorização para o funcionamento da Faculdade de Direito Estácio de Sá (FADES) à Câmara de Ensino Superior (CESU).

No entanto, de acordo com Silva (2022), houve a reprovação do Parecer 326/1970, que requeria a autorização de funcionamento da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, na cidade do Rio de Janeiro pela CESU. A recusa foi devido a necessidade de alguns ajustes inadequados para autorização de funcionamento, tais como:

a) o Regimento apresentava incorreções; b) as instalações seriam em parte inadequadas para o funcionamento do curso; c) a Biblioteca era deficiente; d) o plano de funcionamento do curso não devia ultrapassar de dois turnos; e) deveriam os professores declarar expressamente que poderiam lecionar naqueles dois turnos; f) consultar-se-ia a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Guanabara, sobre as exigências do mercado de trabalho. (CFE, 1970, p. 4 apud SILVA, 2022, p. 41).

Posteriormente, com alguns ajustes solicitados pelo Conselho Federal de Educação, contidos no Parecer nº388/1970 (MEC/CFE), o requerimento foi atendido⁶. A Faculdade de

⁶ Informações contidas na dissertação “A governança corporativa no ensino superior privado com fins lucrativos: o modelo institucional da Estácio/YDUQS Participações S.A. no período de 2007 a 2020 (SILVA, 2020).

Direito Estácio de Sá passou a realizar suas atividades, somente com autorização do Curso de Direito.

De acordo com o Parecer nº 422/1970 (CFE, 1970), sob a direção do fundador, João Uchôa Cavalcanti Netto e sócio majoritário, a Faculdade Estácio de Sá conseguiu legalmente a autorização para atuar no ensino (CFE, 1970, p. 7 apud SILVA, 2022, p. 41-42). Assim sendo, o Decreto de nº 66.812/1970, autorizou o funcionamento da instituição

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando suas atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, de acordo com o artigo 47, da Lei nº 5. 540 de 28 de novembro de 1868, alterado pelo Decreto-Lei nº 842, de 5 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta no processo número CFE-870-70, do Ministério da Educação e Cultura, DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o funcionamento da Faculdade de Direito Estácio de Sá, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, no Estado da Guanabara.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1970; 149 da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICE Jarbas G. Passarinho (BRASIL, 1970, p. 1).

Silva (2022), aponta que em vias de movimentação expansionista, a instituição investiu na incorporação de novos cursos. Em 1971 criou a Faculdade de Ciências Econômicas, e em 1972, houve a mudança da Faculdade de Direito Estácio de Sá (FADES) para Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES). Esse movimento foi importante para a expansão da IES com a incorporação de novos cursos, como a Faculdade de Comunicação Social.

Vale (2011) destaca uma análise importante sobre o processo de expansão da FINES. A presença do fundador João Uchôa, como docente do Curso de Direito da instituição, direcionou ao curso de graduação a presença prática dos ensinamentos jurídicos. Esse diferencial foi um marco positivo para a instituição, no entanto, “com clareza, como a composição curricular de uma nova IES não se relacionava a um pensamento pedagógico específico ou uma concepção reguladora de Estado, mas com aquilo que o dono achava importante para determinado o curso (VALE, 2011, p. 102)”.

Em 1975, a SESES ganhou reconhecimento de utilidade pública estatal, através da Lei nº 1.536/175. Em 1981, recebeu também um reconhecimento de utilidade pública federal, através do Decreto nº 86.072/1981. Estes dois títulos tiveram importância fundamental para aquisição de concessões fiscais (Mancebo; Vale, 2013, p. 87).

Vale (2011) destaca também que em 30 de maio de 1979, a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá se registrou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, como sociedade civil de caráter filantrópico sem fins lucrativos, pelo Conselho Nacional de Serviço Social. No

entanto, desde sua fundação em 1970, a instituição goza de direitos federais com isenção tributárias, caráter este que foi basilar para seu projeto de expansão (VALE, 2011, p. 105).

Sobre a destinação de recursos públicos a instituições educacionais de natureza filantrópica, a CFB (1988) expressa no

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:
I - Comproven finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
II - Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades (BRASIL 1988).

O artigo 213 trata sobre a possibilidade de obtenção de recursos do fundo público por instituições filantrópicas, como a maneira que a Estácio Participações S.A se registrou. Em contrapartida, esta instituição estaria proibida de manter uma atuação com finalidade lucrativa.

No entanto, Mancebo e Vale (2013) sinalizam que de acordo com demonstrações financeiras de 2007, período em que a IES alterou sua natureza jurídica para atuação com fins lucrativos – visando se inserir no Mercado da BV -, a Estácio Participações não cresceu somente com os recebimentos de mensalidades. Dessa maneira, o acúmulo financeiro da empresa foi resultado das isenções fiscais e tributárias. Para entender o montante que a IES acumulou de 1970 até 2007, quando alterou sua natureza jurídica para IES com fins lucrativos, as autoras citam os valores arrecadados

Companhia Estácio Participações S.A., em 31 de março de 2007, informou-se que R\$ 96 milhões e 482 mil reais – de um valor patrimonial, em cotas da Seses e das outras mantenedoras, de R\$ 123 milhões e 554 mil – “[...] foi registrado na Companhia em rubrica específica de reserva de capital (ágio na subscrição de ações)”o que se referia, substancialmente, “ao saldo remanescente dos resultados acumulados auferidos pelas empresas controladas (Seses e Mantenedoras) antes da transformação de sua forma jurídica (Mancebo; Vale, 2013, p. 87).

Santos Filho (2016), entende que a expansão da educação superior privado-mercantil foi proveniente da inserção do capital financeiro nesse cenário. A relação de submissão do Estado ao mercado privado no setor educacional acelerou o aumento massivo das instituições privadas de educação superior o que, posteriormente, levaria a financeirização da educação superior voltada para o mercado de ações da BV (Santos Filho, 2016, p 64).

Para Vale (2012),

toda a expansão realizada pela SESES, desde a década de 1970 até 2007, se realizou sob o “guarda-chuva” das isenções fiscais e previdenciárias de vidas ao estatuto da filantropia, das quais se ressalta aqui a do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e da Cota Patronal da Previdência Social (Vale, 2012, p. 6).

Neste interim, a IES acentu seu processo de expansão com novos cursos de graduação e incorporação de novos polos, como a criação do Campus Rebouças, em agosto de 1972. Em 1986, sob respaldo da Lei 5.540/1968b a SESES solicitou ao Conselho Federal de Educação (CFE) a mudança de status para universidade. (Mancebo; Vale, 2013, p. 87).

Somente após dois anos, quando a instituição cumpriu as correções requeridas pelo CFE, em 1988, a SESES conseguiu a alteração do seu status passando a se constituir como universidade através da Portaria nº 592/1988 (BRASIL, 1988).

Sobre isso, a SESES se utilizou da LDB (1996), mais precisamente do Art. 53, que se trata sobre a criação de cursos superiores

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:
I – Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino (Brasil, 1996).

Diante do Art.53 da LDB (1996), fica claro a autorização não só a criação de cursos, mas também a modificação e extinção dos cursos pois o status de universidade assegura a característica de autonomia.

Em uma entrevista, Cavalcanti Netto, sócio majoritário, deixa claro suas ambições para a SESES

A única importância, para mim, de ser universidade era a seguinte: sendo faculdade, quando queria abrir um curso novo, tinha que fazer um pedido ao MEC, e esse processo às vezes levava anos. Sendo universidade, abria o curso que quisesse a hora que quisesse, podendo atender com mais rapidez às necessidades sociais que emergiam numa época de muita transição. Para mim, a única importância em ser universidade era isso: eu queria poder abrir o curso que quisesse e dentro da lei (CAVALCANTI NETTO, 2002, p. 332-333 apud MANCEBO; VALE, 2013, p. 89).

Sobre a relação titular entre faculdade e universidade, Seki (2020) argumenta que

O litígio em torno da autonomia das IES foi marcado pela disputa em torno dos próprios conceitos ‘universidade’ e ‘faculdade’. O fato de que tenha prevalecido o conceito ‘universidade’, no entanto, não nos deve confundir: esses capitais passaram imediatamente a investir, por meio de outras estratégias, no desmonte dos projetos e dos sentidos do conceito de universidade (SEKI, 2020, p 182).

Dessa maneira, essa alteração tem direcionamentos claros para a educação superior. É notável que a busca da SESES para a obtenção do lucro é frequente, tendo em vista que a alteração do status para universidade faz parte das estratégias da empresa.

A década de 1990 representou um período de expansão da SESES, já com reconhecimento institucional da universidade. A Universidade Estácio de Sá (UNESA), situada no Rio de Janeiro. A UNESA adquiriu novos campus em cidades do interior do estado –

Resende, Nova Friburgo e Niterói. Em 1997, a SESES fundou o Instituto Politécnico, voltado para educação tecnológica, outra estratégia de diversificação do produto educacional. Em 1998, a Estácio inicia a expansão territorial, conquistando investimentos nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Mato Grosso do Sul e Pará (Mancebo; Vale, 2013, p. 90).

Entende-se que todo esse percurso expansionista se constitui dentro de um conjunto de favorecimento para a SESES. As políticas educacionais estatais, principalmente a LDB (1996), facilitou para o mercado privado da educação superior, e garantiu autonomia necessária para IES inserir novos cursos.

A SESES se expandiu em outros estados com outras mantenedoras. No Pará a Sociedade de Ensino Superior do Pará (SESPA), mantenedora da Faculdade do Pará (FAP), e atuou inicialmente com sociedade sem fins lucrativos. A partir de 2005, juridicamente, a SESPA se torna uma sociedade empresarial.

No ritmo de alastrar seus investimentos privados nacionalmente, outra mantenedora também ganhou essa configuração na cidade de Recife. A Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco (SESPE), mantenedora da Faculdade Integrada do Recife (FIR), também atuou como uma sociedade sem fins lucrativos até o ano de 2005, posteriormente, a SESPE também se tornou uma sociedade empresarial.

As mantenedoras - SESPA, SESCE, SESPE⁷ e STB⁸ - iniciaram o processo de se tornarem sociedade empresarial com fins lucrativos em 2005. Estes esforços foram alcançados em 2007, quando a SESES adquire o status de universidade. Esse movimento de expansão possui implicações contraditórias que a Estácio Participações S.A realizou desde 1975: a expansão da instituição se deu com a sociedade civil de caráter filantrópico e utilização inapropriada de isenções fiscais e previdenciárias (VALE, 2012, p. 10).

Para Santos Filho (2016), em 2005 a SESES iniciou o processo de migração institucional, mudando sua natureza jurídica para atuação com fins lucrativos. Em 2007, a instituição lança sua primeira ação financeira na Bolsa de Valores (SANTOS FILHO, p. 38, 2016).

3.2 Inserção no mercado financeiro e a nova reestruturação da companhia

⁷ Sociedade de Ensino Superior do Ceará.

⁸ Sociedade Tecnopolitana da Bahia.

Para compreender a reestruturação da instituição após as mudanças de sua atuação devido à inserção no mercado financeiro, a IES se reconhece a partir de então como Estácio Participações S.A. para se consolidar no mercado especulativo do ramo educacional. Vale (2011), argumenta que o crescimento da IES com isenções fiscais foi decisivo para, posteriormente, a empresa adentrar na BV. Dessa forma,

A empresa, portanto, crescia até então, subsidiada de modo indireto pelo Estado brasileiro com o regime de filantropia, abandonado apenas quando a instituição preparava-se para abrir o capital na Bolsa de Valores, o que aconteceu em 27 de julho de 2007 e depois de as mantenedoras que compõe o grupo já terem realizado suas adesões ao ProUni, o que significou a manutenção da imunidade em relação em relação a alguns tributos. Ao fim de março de 2007, em assembleia presidida pelo Sr. João Uchôa Cavalcanti Netto, com a presença de Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Monique Cleófas Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos, como parte dos preparativos para abertura de capital na BOVESPA, decide-se constituir a empresa Estácio Participações S.A., sociedade anônima, controladora de mantenedoras do setor educacional, pela subscrição de ações e aprovar um novo Estatuto Social da Companhia (VALE, 2011, p. 222).

A instituição se tornou Sociedade Anônima de capital aberto, em 31 de março de 2007. Nesse momento, a Estácio Participações S.A. passou a fazer parte no mercado da Bolsa de Valores (BV), após abrir sua Oferta Inicial de Ações (IPO).

Carvalho (2013), pontua que a mercantilização da educação tem como primeira medida o investimento em ações das empresas de educação superior na BV e por fundos *private equity*. Esses fundos de investimento atuam nas empresas de capital aberto ou fechado, e possuem grande potencial de captação de recursos através da atuação no mercado especulativo nacional e estrangeiro.

Desse modo, o processo de investimento no mercado de ações necessitou da alteração da natureza jurídica da empresa para a atuação com atividades de fins lucrativos. Para tanto, a empresa necessitou fazer alterações legais, como a mudança para atuação em forma de Sociedade Anônima, de acordo com a Lei nº 6.404/1976 (BRASIL, 1976), como citaremos a seguir:

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Art. 2º Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

§ 1º Qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio.

§ 2º O estatuto social definirá o objeto de modo preciso e completo.

§ 3º A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais (BRASIL, 1976).

Percebe-se no artigo 2 que a educação para a IES se torna um bem comercializável, inclusive com respaldo legal, assim como também a possibilidade de participação de diversas Sociedades, bem como a SESES se articulou com a criação de várias mantenedoras para viabilizar sua expansão privado-mercantil.

Após a alteração da natureza jurídica da instituição, a empresa reconhecida como Sociedade Anônima também precisou se registrar no Comissão de Valores Mobiliários para atuação

Art. 4o Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

§ 1o Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.

§ 2o Nenhuma distribuição pública de valores mobiliários será efetivada no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários. (BRASIL, 1976).

Essas mudanças se constituíram como estratégias importantes para a lucratividade da Estácio Participações S.A. Embasados nos documentos da Bolsa de Valores (BV), a capitalização da Estácio Participações S.A. no mercado financeiro consistiu em R\$447 milhões (Sousa, 2019, p. 73 apud Chaves, 2010).

Para Chaves, Santos e Kato (2020), a inserção do mercado especulativo no setor educacional se efetivou através de dois mecanismos importantes: a) pela inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores; e b) pela presença de grandes fundos de investimentos no controle das IES e pelo ingresso de grupos educacionais estrangeiros, de capitais fechado e aberto. Portanto, a partir de 2007 ocorre um fortalecimento da mercantilização da educação superior resultante da política de facilitação para a expansão das atividades das IES privadas no Brasil. Desse modo, “Com a oferta das ações das empresas educacionais na bolsa de valores, pode-se afirmar que a educação superior passa a ser financeirizada uma vez que segue as regras do mercado financeiro” (Chaves; SANTOS; KATO, 2020, p. 7).

Para nosso entendimento, a inserção da Estácio Participações S.A. no mercado da Bolsa de Valores (BV) significa a representação da racionalidade da expansão privado-mercantil no aprofundado processo mercantilização da educação superior brasileira. A persistente busca por lucro é a expressão da face do acúmulo de capital concentrado pela empresa, que utilizaram o mercado das finanças para garantir altas taxas de rendimentos.

É importante salientar que o mecanismo de captação de recursos por meio do mercado de capitais, seja via fundos específicos, seja via lançamento de ações em bolsa, permite a capitalização concentrada no tempo de grande aporte de recursos, de modo que subsidia o processo intenso de aquisições/fusões, visando ao crescimento em larga escala (CARVALHO, 2013, p. 771).

Nessa perspectiva, a lógica mercantil propiciou para a Estácio Participações S.A. um novo momento, de reconfiguração das suas atividades para se consolidar no setor da educação financeirizada.

De acordo com o Relatório de Sustentabilidade (ESTÁCIO, 2008), ao aderir o mercado financeiro de ações, a Estácio Participações S.A. e seus dirigentes “celebram o contrato com a Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, aderindo ao denominado Nível 2, desta forma comprometendo-se, em todas as suas atividades, com as práticas de excelência da governança” (ESTÁCIO, 2008, p. 2).

Mancebo e Vale (2013) afirmam que a partir de 2007, a Estácio Participações S.A. se torna uma *holding* de capital aberto na Bolsa de Valores (BV) com diversos investimentos. As autoras afirmam que o caráter financeiro da instituição objetivou, cada vez mais, o êxito no mercado da educação superior almejando duas principais ambições: a) expandir as atividades para além da educação superior e tecnológica, como investir no mercado de livros didáticos e; b) valorização do capital financeiro.

Para Brettas (2020) essa nova escalada do financeirização da Estácio coaduna com as exigências mercantis, pois

A holding passa a ser uma forma de organização mais adequada para fortalecer as posições conquistadas e impulsionar o processo de monopolização do setor industrial e das atividades de serviços. Garante-se, assim, o acesso às finanças em escala internacional e o exercício do poder econômico (BRETTAS, 2020, p. 75).

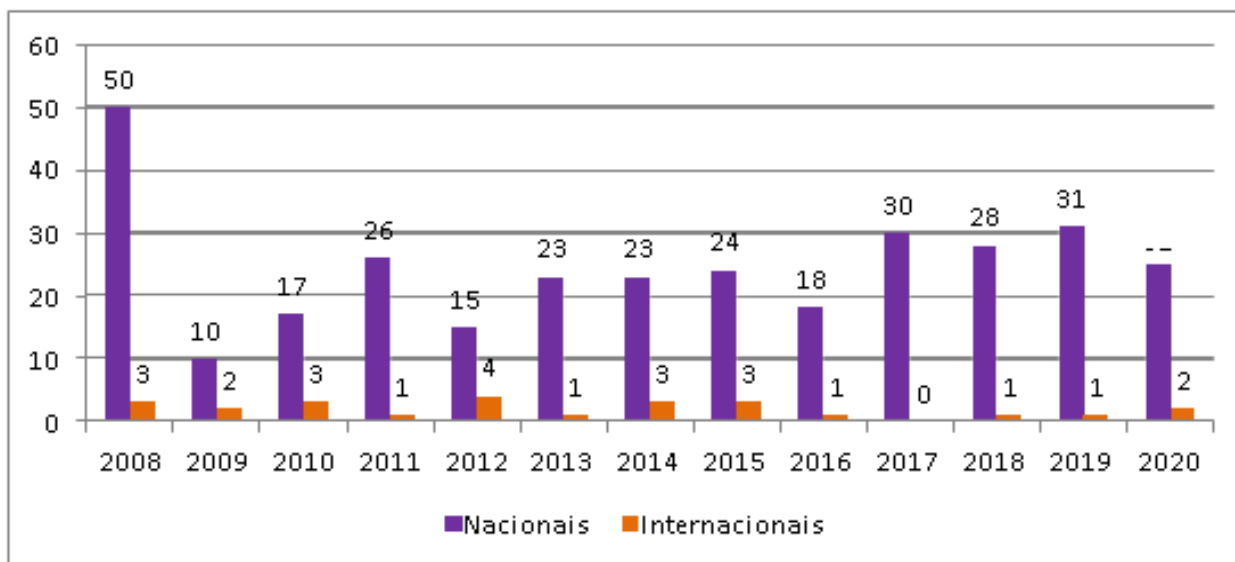
Para Chesnais (1996) a *holding* é uma sociedade financeira cujo objetivo é administrar os investimentos acionários das finanças empresariais. A viabilidade de uma *holding* é notada principalmente pelo baixo custo de manutenção e pela facilidade em atuar de acordo com as vantagens fiscais dos países (CHESNAIS, 1996, p. 56).

Segundo Chaves, Santos e Kato (2020), as *holdings* fomentam um processo de criação de grandes conglomerados da educação superior privada. Devido ao alto potencial financeiro, estes conglomerados acabam enfraquecendo pequenas e médias empresas do setor educacional, facilitando assim, adquirir estes pelo mercado financeiro através de aquisições. O aumento dos investimentos no mercado financeiro das ações intensificou o movimento de fusão e aquisição pelas grandes *holdings* educacionais (CHAVES; SANTOS; KATO, 2020, p. 8).

Chaves e Amaral (2016), entendem que o aumento de fusões e aquisições são resultantes da financeirização na educação. A atuação financeira no mercado da Bolsa de Valores (BV) favoreceu as transações de fusão de instituições de menor porte, assim como também de grandes

universidades privadas, gerando uma tendência à oligopolização pelos grandes grupos empresariais da área da educação superior (CHAVES; AMARAL, 2016, p. 58).

Figura 1 - Fusões e aquisições no setor educacional brasileiro (2008 a 2020)



Fonte: SOUZA (2022).

Analisando a Figura 1, referente às fusões e aquisições no setor educacional brasileiro, verificamos que os empreendimentos nacionais tiveram destaque no ano de 2008. Foram realizadas neste ano 53 transações, destacando o 3º lugar no *ranking* setorial.

Entre as estratégias da Estácio Participações S.A. é justamente a aquisição e fusão com outras instituições. A outra é pegar recurso do fundo público. Em 2007, logo após as primeiras investidas no mercado de ação, o grupo empresarial internacional GP Investimentos comprou 20% da companhia Estácio Participações, passando assim a se integrar no conselho administrativo da empresa. Essa transação garantiu notoriedade à instituição e impulsionou ainda mais expansão no ramo educacional (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 8).

Os relatórios de 2019 sinalizam que a Estácio Participações S.A. fez uma grande aquisição empresarial, se fortalecendo no setor financeiro. Em setembro de 2019, a Estácio Participações adquiriu a Sociedade de Ensino UniToledo de São Paulo, com a transação financeira de 102,5 milhões de reais (ESTÁCIO, 2019).

De acordo com Pereira (2022), a aquisição se constitui da devida maneira: 100% das cotas destinadas a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (SESES); Valor total – 102,5 milhões de reais, sendo 55 milhões pagos no fechamento da transação, e o demais 47,5 milhões parcelados; Aluguel a longo prazo dos imóveis que residem os campus; 15 milhões destinados a operações de EAD da instituição.

Em outubro de 2019, a Estácio Participações faz uma nova aquisição. Desta vez a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (SESES) compra a *holding* Adtalem Educacional Brasil por 1,92 bilhões de reais, com pagamento à vista e financiado.

A *holding* adquirida possui grande importância financeira, sobretudo pelos valores agregados referentes, como as IBMEC, WYDEN, Damásio, SJT Med e Clío. Nesse sentido, a Estácio Participações se configura como uma gigante *holding* do setor educacional, se tornando cada vez mais complexa e extensa, com determinações econômicas excepcionalmente lucrativas (PEREIRA, 2022, p. 98-99).

Figura 2 - Portfólio de marcas e distribuição territorial da YDUQS/Estácio Participações S.A.



Fonte: YDUQS (2023).

De acordo com a figura 3, percebe-se a distribuição da Estácio Participações S.A. por todo o território brasileiro. As marcas oferecem uma variedade na atuação do setor educacional.

A primeira marca Estácio⁹, atua no mercado desde 1970, na distribuição de cursos de graduação (presencial e à distância), pós-graduação e cursos de ensino digital. Atualmente a empresa possui mais de 2000 mil polos educacionais distribuídos pelo país.

⁹ Acessar: estacio.br/a-estacio/sobre-a-estacio

A Ibmecc¹⁰ é uma empresa que oferece cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, curso de curta duração e cursos para empresas – como cursos executivos, palestras e workshops e consultoria. Ela está presente no Distrito Federal, MG, RJ e SP (IBMEC, 2023).

A Wyden está presente na oferta de cursos de graduação e pós-graduação. A instituição possui 10 instituições de ensino e 240 polos EAD. Suas instituições são a FACI, localizada no Pará, com cerca de 100 cursos de graduação e pós-graduação. A Faculdade Martha Falcão, localizada em Manaus. A FACIMP, faculdade com 20 anos de atuação no mercado educacional e é sediada no Maranhão. A UniFanor, Centro universitário localizado no Ceará, com ofertas de mais de 110 cursos de graduação e pós-graduação. A UniFavip, Centro Universitário localizado em Caruaru, no estado de Pernambuco. A UniFBV, Centro Universitário que possui atuação nos cursos de graduação, mas seu destaque são os MBA e mestrado profissional voltados para gestão empresarial. A UniMetrocamp, de Campinas, São Paulo. A UniRuy de Salvador, Bahia. UniFacid, sediada no Piauí. E a UniToledo, localizada em São Paulo com a oferta de mais de 90 cursos.

A IDOMED¹¹ é uma instituição que tem como foco principal cursos voltados para a área de medicina. Presente em 10 estados, a instituição contém 17 escolas médicas, oferece cursos de graduação, pós-graduação, cursos específicos de medicina e de residência médica.

A Damásio¹² é uma empresa voltada para o setor jurídico. A oferta desta instituição é de cursos de extensão, cursos específicos para carreira jurídica e pós-graduação referente ao setor do Direito.

A EnsineMe¹³ é uma instituição voltada para a educação digital. A empresa oferece seus serviços a demais empresas educacionais, com o objetivo de facilitar a educação através plataformas de digitais.

A Qconcursos¹⁴ é uma empresa voltada para aprovação. Seus cursos são voltados para concursos públicos, ENEM, vestibular, prova da OAB e concurso militar. Tem um modelo educacional alicerçado na metodologia digital para conteúdos específicos.

A Hardwork Medicina oferece cursos totalmente voltados para o curso de medicina. A instituição é especialista em curso de residência médica e cursos para o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida).

¹⁰ Acessar: ibmec.br

¹¹ Acessar: <https://www.idomed.com.br/sobre-o-idomed>

¹² Acessar: <https://damasio.com.br/>

¹³ Acessar: <https://ensineme.com.br/>

¹⁴ Acessar: <https://www.qconcursos.com/>

A Estácio Participações S.A. é uma *holding* que representa a realidade do capital financeiro, sendo atuante no mercado de capital aberto. A acumulação e rentabilidade da empresa acompanha o movimento do mercado nacional e internacional. Essa afirmação, coaduna com Chesnais (1996), que entende que na mundialização do capital existem atores centrais na economia global responsáveis pela relação do mercado interno e externo, para garantir o fluxo de capital em larga escala (CHESNAIS, 1996, p. 58)

Ademais, essa variedade de marcas de atuação da Estácio está relacionada ao fato que elas estão no mercado financeiro e, sobretudo, porque precisam está incessantemente buscando mais lucratividade. Em outras palavras, ampliar a atuação para aumentar as possibilidades de lucro, especialmente para compensar quando há instabilidade no mercado educacional. A busca por novos mercados para a exploração de mais lucro é fundamental para entender que o processo de financeirização tem como base a exploração da força de trabalho precarizada.

De acordo com Dowbor (2020), a mudança existente na passagem do capitalismo industrial para o financeiro está intimamente ligada ao deslocamento das decisões. A pulverização de ações da empresa financeirizada deposita nas mãos do maior investidor decisões referentes à empresa. Dessa forma, “Os acionistas dominantes, ou controladores financeiros de diversos tipos, veem a empresa produtora que está na base da pirâmide como uma unidade de extração de dividendos” (Dowbor, 2020, p.51).

Ainda de acordo com Dowbor (2017), o modelo de gestão corporativa adotada pelas holdings brasileiras viabiliza o processo de expansão das atividades, congrega com a internacionalização da produção e acompanha a gestão das empresas que possuem ações no mercado acionista (Dowbor, 2017, p 67).

As empresas educacionais se alinham ao mercado financeiro em muitos aspectos. A lógica financeira, as estratégias voltadas para a captação de lucro e a organização e gestão corporativa induz a oligopolização do mercado educacional (Chaves, Santos, Kato, 2020, p. 7).

A maneira de manter o funcionamento da Estácio Participações S.A. é de gestão corporativa. Esse modelo funciona de maneira centralizada e tem como prerrogativa importante a redução de custos na atividade produtiva e a busca constate por aumento de lucro. Nesse sentido, a governança corporativa ao adentrar na companhia reconfigurou sua estrutura organizacional, relegou a educação a uma importância secundária, pois o foco na lucratividade torna-se mais ainda relevante para a companhia.

4. CAPÍTULO III - AS ESTRATÉGIAS DA FINANCEIRIZAÇÃO PARA O TRABALHO DOCENTE NA ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

Neste capítulo, analisaremos as condições de trabalho dos docentes da Estácio Participações S.A. Levamos em consideração a escolaridade, regime de trabalho, tipo de gestão, formação continuada oferecida pela empresa e os impactos das tecnologias na atuação docente.

Nos percursos metodológicos deste capítulo, recorreu-se aos dados encontrados nos “Relatórios de Demonstrações Financeiras Padronizadas” da empresa para alcançar informações sobre a quantidade de docentes da instituição, o avanço da educação à distância e suas implicações no exercício docente, as principais reivindicações trabalhistas e a provisão do montante com rescisões trabalhistas.

De acordo com a metodologia utilizada na pesquisa, destacamos no quadro abaixo a sistematização dos documentos analisados para construção da análise.

Quadro 3 - Sistematização dos documentos analisados

Ano	Documentos
2007 a 2020	Relatórios Trimestrais de Demonstrações Financeiras Padronizadas da Estácio Participações S.A.
2007 a 2020	Relatórios de Sustentabilidades da Estácio Participações S.A.
2007 a 2020	Código de Conduta e Ética da Estácio Participações S.A.
2017	Lei Nº 13.467

Fonte: elaboração própria.

Para compreensão dos efeitos da educação financeirizada para o trabalho docente, o embasamento teórico se fundamenta na literatura de autores nacionais clássicos, em especial, Antunes (2004, 2009) sobre a categoria trabalho, Castel (1998) sobre flexibilização do trabalho e outras literaturas acerca do trabalho docente em contexto de financeirização.

Dessa maneira, o objetivo deste capítulo visa compreender as estratégias que a empresa Estácio Participações S.A. utiliza para na relação com o trabalho docente. Nesse sentido, a lógica da educação superior privado-mercantil e as alterações legislativas incidem diretamente na atuação docente e contribuem para o processo de precarização do trabalho docente.

Ademais, em consonância com o fenômeno da financeirização da educação superior privada e os efeitos de degradação à atividade docente, foi necessário também fazer uma análise

pontual sobre os impactos da Reforma Trabalhista, consolidada pela Lei nº 13.467/2017 para o processo de precarização do trabalho docente superior.

4.1 Regime de trabalho

O trabalho docente é um campo interdisciplinar e multidisciplinar, que se insere em contextos históricos, políticos e sociais. De acordo com Oliveira (2010), o trabalho docente é uma categoria de sujeitos que atuam no processo educativo em diversos cargos referente à educação. Compreende, portanto, as atividades laborais, as experiências e a formação identitária do indivíduo, extrapola o ensino formal e engloba todo o processo formativo.

Para a compreensão do trabalho docente, faremos algumas discussões sobre a categoria trabalho no atual sistema capitalista. Abordaremos também debates sobre a exploração, flexibilização e precarização do trabalho docente diante do processo de financeirização da educação superior.

O regime de trabalho dos docentes vinculados a Estácio é permeado por contradições, sobretudo marcado por demissões em massa e por entradas e saídas de trabalhadores em determinado período. Essa contradição se expressa, fundamentalmente, pela premissa que o mercado educacional, especialmente as empresas de capital aberto, a relação entre produção e apropriação de riqueza é mediado pelos imperativos e pela racionalidade do capital financeiro.

Para retomar, abertura de capital da Estácio Participações, em 2007, junto com outras instituições, é o marco do processo de financeirização da educação superior. Segundo Santos, Guimarães-Iosif, Chaves (2013), diante deste processo, o foco das IES e das marcas, como a Estácio, é a gestão profissionalizada e a obtenção de lucros. Além disso, os alunos são vistos como clientes e, por extensão, o trabalho docente tem representado fonte de lucro aos empresários da educação.

Essas metamorfoses no sistema educacional brasileiro e da subsunção do trabalho docente ao capital financeiro estão diretamente relacionadas às mudanças políticas e econômicas que ocorreram no Brasil que afetam o mundo do trabalho. Nesse contexto, as empresas que atuam no mercado educacional têm adotado estratégias para potencializar a extração de mais-valia, isto é, maximizar o lucro, adotando os princípios da gestão corporativa.

As implicações sobre o trabalho docente, entre outros aspetos, se expressam com “[...] a flexibilização e a acumulação de tarefas tornaram-se uma máxima, por meio da institucionalização de determinadas práticas, como mudança nos currículos, otimização do trabalho dos docentes, redução da carga horária, padronização do sistema.” (Santos, Guimarães-

Iosif, Chaves, p. 08, 2013). O desmonte da legislação trabalhista, em 2017, com a reforma implementada durante o Governo Temer, os mecanismos de extração de trabalho, além de aprimorados, caracterizaram-se por um processo tendencial de precarização da força humana de trabalho Antunes (2011).

Outro aspecto que evidencia o método de consumo da força de trabalho docente do setor privado mercantil é o aumento do EAD. Somando ao enfraquecimento das leis trabalhistas, conforme mancebo (2010), é cada vez comum métodos de contratações informais, priorizando alunos de pós-graduação (especialmente de mestrado), professores horistas e tutores para a educação a distância. O trecho abaixo negrito o atual contexto do trabalho docente:

O trabalho docente, em especial, no ensino superior, vem se desenvolvendo como um trabalho necessário ao atual estágio de desenvolvimento do Brasil, que, hoje, se configura como a sexta economia mundial. Sob a lógica do capital, a força de trabalho no campo educacional encontra-se reduzida à simples mercadoria. Diante dessa realidade, a pesquisa dirigiu o foco de análise para as condições que sobreimplicam o trabalho docente na instituição investigada como será exposto no tópico seguinte (Santos, Guimarães-Iosif, Chaves, p. 10, 2013).

É importante ressaltar que o modo de produção capitalista vigente não somente é ancorado no modelo de acumulação e no capitalismo financeiro, mas também direciona todas as atividades produtivas para a nova racionalidade de obtenção de lucro. Sobre isso, Harvey (2016), postula que o sistema capitalista é contraditório e necessita dessas contradições para se manter. Dessa forma, a partir de 1970, o autor afirma que se criou um “consenso neoliberal”, cujas características se assentaram na evasão do Estado sobre obrigações públicas, como educação, saúde e habitação. O principal objetivo desse movimento foi a abertura da privatização de necessidades públicas e a prevalência do capital privado (HARVEY, 2016, p. 34-35).

Na mesma linha de raciocínio, Castel (1998) pontua que no capitalismo contemporâneo a estrutura de proteção dos trabalhadores foi degradada pela ordem do mercado. A precarização do trabalho atinge a todos, em especial pelo fenômeno da globalização, e pela configuração da mercantilização (CASTEL, idem, p. 166). Todavia, apesar disso, conforme Brettas (2020), o sistema capitalista jamais extinguirá o trabalho vivo do processo produtivo.

Na verdade, o capitalismo se utiliza das diversas maneiras de trabalho existentes para explorar e intensificar a extração da mais-valia do sobretrabalho (ANTUNES, 2009, p. 119).

Para Antunes (2004), há uma nova morfologia no trabalho que surgiu através da multiplicidade no mundo do trabalho

[...] caracterizado pela redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto, pela substituição crescente de parcelas de trabalhadores manuais pelo maquinário técnico-

científico, pela ampliação da exploração da dimensão subjetiva do trabalho, pela sua dimensão intelectual no interior das plantas produtivas, além da ampliação de novos trabalhadores precarizados e terceirizados da “era da empresa enxuta” (ANTUNES, 2004, p. 2).

Senett (1999) compreende essa nova configuração do capitalismo vigente como flexível, e enfatiza que há uma junção do tempo racionalizado, da rotinização, da adaptabilidade, e sobretudo, da individualidade (SENETT, 1999, p. 54). Sobre esse modelo de capitalismo flexível, Antunes (2009) descreve os efeitos para o trabalhador: desregulamentação dos direitos do trabalho, aumento da fragmentação da classe trabalhadora, precarização, terceirização e destruição do sindicalismo (ANTUNES, 2009, p. 55).

Castel (1997), compreende que o processo de flexibilização se apresenta de duas maneiras: a) a flexibilização interna do trabalho que imputa ao trabalhador uma adaptação contínua e necessária a cada nova situação e exclui os trabalhadores que não se adequam às exigências do capital; e b) flexibilização externa, que subcontrata trabalhadores por vias de terceirização, em geral com menos garantias trabalhistas. Este cenário constrói o fenômeno da precarização do trabalho, que serve especialmente para o capital desenvolver novas maneiras de exploração e vulnerabiliza o trabalhador CASTEL, 1998, p. 516).

Laval (2019), ao analisar os efeitos do neoliberalismo, sinaliza que o modelo educacional de companhias privadas tendenciam a educação de escolas e universidades a um processo de mercantilização da educação.

Lopes (2022) entende que os efeitos da subsunção da educação à lógica neoliberal são resultantes de um processo histórico de mercantilização da educação e, conseqüentemente, do docente como engrenagem produtiva principal.

A subsunção formal do trabalho ao capital é um aspecto central do processo de generalização da forma-mercadoria, dado que a força de trabalho aparece para o trabalhador, ela mesma, como uma mercadoria a ser vendida. Nesse âmbito, não apenas o dispêndio da força de trabalho continua a ser o determinante do valor oculto pela forma-mercadoria, como também a negação da troca de equivalentes, imprimida pela troca entre capital e trabalho, é fortemente velada pela forma-salário. Oculta-se, assim, que a exploração da força de trabalho é precisamente o lócus de origem de todo valor novo que alimenta a reprodução ampliada do capital. A subsunção do trabalho ao capital abarca a racionalização da produção e a especialização da força de trabalho, para os quais a adaptação física, cognitiva e psíquica dos trabalhadores é imperiosa. Nesse processo, algumas das qualidades psicológicas do trabalhador são separadas do conjunto de sua personalidade e objetivamente colocadas em oposição a ela como coisa – uma mercadoria que pode ser adquirida via treinamento, disciplina, entre outros (MOTTA; ANDRADE, 2020, p. 4-5).

Diante do exposto, a formação de conglomerados educacionais certamente afeta a atividade docente nas instituições privadas de educação superior. Vale (2019) pontua que os oligopólios educacionais são determinantes na exploração e intensificação do trabalho docente.

Como podemos analisar, a seguir, na Tabela 4, no caso da Estácio em relação ao número de docentes.

Tabela 2 - Número de docentes da Estácio Participações S.A (2009-2019)

Ano	Quantitativo de docentes
2009	7.649
2010	7.072
2011	9.596
2012	7.170
2013	7.719
2014	9.025
2015	9.903
2016	9.733
2017	7.690
2018	6.840
2019	7.215

Fonte: Relatórios de demonstrações financeiras padronizadas da Estácio (2009-2019)

De acordo com a Tabela 4, nota-se que em 2011 houve uma alta nas contratações docentes com 9.596, sucedida de um declínio. Em 2014 houve novamente uma curva positiva sobre as contratações docentes, com 9.025, seguindo até 2017. Em 2018 houve uma queda acentuada no quantitativo de docentes da Estácio Participações S.A. Esses números podem ser explicados pelo fato de que em 2018 a Estácio Participações S.A. fez uma demissão em massa de 1200 docentes, sendo necessário acionar o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-RJ) para ação judicial coletiva (VALE, 2019, p. 12).

É importante ressaltar que em 2011 a Estácio comprou a Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte (Fatern) por 22 milhões e outras instituições. O que podemos deduzir que o aumento relativo de docentes é em relação ao processo de fusão e aquisições. Todavia, logo após os processos de fusões, há um evidente movimento de demissão de docentes depois das aquisições.

Já em relação a diminuição, em 2018, deduzimos que está diretamente relacionada com o desempenho negativo das ações da Estácio no mercado de bolsas de valores que, segundo o InfoMoney (2018) desabaram 7% e lideraram as perdas do Ibovespa, em meio às perspectivas fracassadas do processo de fusão com a Kroton. A recuperação da lucratividade dos

investimentos, a partir da redução dos custos salariais. Em outros termos, com o pressuposto de que as grandes corporações buscam novas formas organizacionais e novas fontes de rendimento para manter lucratividade e acumulação conforme os princípios da gestão corporativa.

Alvarenga e Trevisan (2017) destacam que o Grupo Estácio promoveu uma demissão em massa com o intuito de se beneficiar da nova Reforma Trabalhista (2017). A Sinpro RJ foi acionada pelos docentes para mediação (ALVARENGA; TREVISAN, 2017, RJ)¹⁵.

A Estácio informou que vai criar um “cadastro de reserva” de professores para “atender possíveis demandas”, mas nega que as pessoas que foram demitidas serão recontratadas em novo esquema de trabalho. [...] “O processo envolveu o desligamento de profissionais da área de ensino do Grupo e o lançamento de um cadastro reserva de docentes para atender possíveis demandas nos próximos semestres, de acordo com as evoluções curriculares. É importante ressaltar que todos os profissionais que vierem a integrar o quadro da Estácio serão contratados pelo regime CLT”, informou a empresa no comunicado, acrescentando que o objetivo da medida é “manter a sustentabilidade da instituição” (ALVARENGA; TREVISAN, 2017, RJ).

De acordo com o extrato acima, é notável a extrema volatilidade do trabalhador docente na Estácio Participações S.A. A substituição de um grande quantitativo de docentes com a criação de um “cadastro reserva” ressalta a vulnerabilidade da atividade docente de maneira regulamentada pela nova Consolidação de Leis Trabalhistas (2017). Sobre o debate sobre seguridade social e direito trabalhista, nesse sentido, o capital flexível construiu uma sociedade em que os indivíduos desfrutam do mínimo de garantias sociais (CASTEL, 1998, p. 171).

Para Kuenzer (2002) expõe que a risco constante de demissão, a diminuição salarial de determinada categoria e a ampliação da jornada de trabalho faz parte de uma política contraditória de exclusão includente, que visa mecanismos de exclusão do trabalhador formal, mas inclui este mesmo trabalhador em um mercado precarizado (KUENZER, 2002, p. 93).

Analisaremos informações gerais de docentes que atuaram nas IES vinculadas a Estácio Participações S.A. nos anos de 2009 a 2019. Destacamos a escolaridade dos docentes – graduação, especialização, mestrado e doutorado – e os contratos de regime de trabalho – tempo integral com dedicação exclusiva, tempo integral sem dedicação exclusiva, tempo parcial e horista.

Tabela 3 - Regime de trabalho dos docentes vinculados a Estácio Participações S.A.

Ano	Tempo integral com dedicação exclusiva	Tempo integral sem dedicação exclusiva	Tempo parcial	Horista
------------	---	---	----------------------	----------------

¹⁵ Notícia retirada do Portal G1. Acesso em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/estacio-promove-demissao-em-massa-de-professores-diz-sindicato.ghtml>

2009	10	1778	1245	3820
2010	-	1860	1360	2929
2011	-	1804	1572	2812
2012	10	1801	2022	3072
2013	-	1988	2201	3267
2014	1	2068	2590	3456
2015	-	2315	3243	3539
2016	-	2159	2775	3417
2017	-	2077	2455	3100
2018	-	1871	3013	1642
2019	1	2646	2887	3850

Fonte: INEP. Elaboração GEPES/UFPA.

De maneira geral, identificou-se que as contratações de docentes com dedicação exclusiva não se constituíram como tipo recorrente de vinculação docente na instituição. Da análise dos valores da Tabela 5, pode se concluir que a relativa ausência de professores com Dedicação Exclusiva (D.E.), vínculo contratual mais forte e menos precarizado, expõe um quadro de intensificação do trabalho do docente. Da mesma forma, os dados também revelam a diminuição significativa do peso dos professores na situação de Tempo Integral sem dedicação exclusiva (T.I) em relação aos regimes de trabalho em Tempo parcial e Horista. Indubitavelmente, houve um processo de perda dos vínculos contratuais para uma carreira docente que se precariza com o crescimento, sobretudo, do vínculo contratual Horista.

Não obstante, percebeu-se que houve uma mudança na contratação docente. A prevalência dos contratos em tempo parcial e horista expressa a fragilidade trabalhista e econômica dos docentes da instituição. De acordo com Vale (2019, p. 773):

[...] ampliam a flexibilidade das relações de trabalho e precarizam as condições de assalariamento e de vida de uma grande massa de trabalhadores, em um quadro em que a educação superior brasileira está nas mãos de um setor privado hegemônico por grandes conglomerados de serviços educacionais, os maiores com capital aberto em Bolsa de Valores e presença de fundo público no financiamento de suas atividades, com majoritária preferência pela contratação pelas vias mais precárias (tempo parcial e horista).

Já Carvalho (2013) sinaliza que as companhias educacionais adotaram novas estratégias para se manterem no sistema capitalista de concorrência acirrada. O movimento multifacetado de financeirização, oligopolização e internacionalização constituem o mercado da educação superior privada no Brasil (CARVALHO, 2013, p. 773). Nesse sentido, constitui-se como estratégias dessas companhias a adequação dos regimes dos contratos trabalhistas dos docentes pela redução de custo com o corpo docente.

Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a

possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais (BRASIL, 2017).

Conforme com o Art. 58 da nova CLT (2017), são considerados como limite máximo de carga horária de trabalho 30 horas semanais. Para atuação docente de ensino superior, esse tempo não comporta todas as atividades desempenhadas pelo professor, como por exemplo, planejamento de aulas, formulação de avaliações e suporte aos alunos. Certamente, este docente necessita completar tais atividades em seu tempo privado.

Para Basso (1998, p. 02), no sistema capitalista o trabalho é rotinizado e objetivo, voltado para extração direta de mais-valia. No entanto, a natureza do trabalho docente não é articulada dessa maneira, pois possui uma autonomia no desempenho da função que não é imediatista. A particularidade da função exige combinação do professor e aluno e diversas implicações resultantes dessa relação. O que fica evidente no extrato abaixo, cujas diretrizes da Estácio para o professor é a seguinte:

Para responder aos desafios da transformação que ocorre nos sistemas educacionais e, em especial no ensino superior, o papel do professor deve também evoluir. Espera-se dele, fundamentalmente, que seja capaz de organizar, executar e avaliar situações de aprendizagem, com foco no aluno, que atendam aos diversos perfis profissionais estabelecidos pela legislação de ensino brasileira, abandonando a ideia de que sua tarefa está adstrita à mera transmissão de informações, bastando, então, o conhecimento de um conteúdo específico e de certos procedimentos de ensino. A Estácio ao estabelecer como missão “proporcionar acesso a um ensino de qualidade a diferentes segmentos da população, criando vínculos fortes e duradouros com nossos alunos e contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social das comunidades onde atuamos, sempre com comprometimento ético e responsabilidade social” **passa a exigir do seu corpo docente um modelo de ação que contemple, além do domínio de conhecimentos profissionais diversos, esquemas de percepção, de análise, de decisão, de planejamento, de avaliação e outros que permitam mobilizar os seus conhecimentos a uma determinada situação conforme preconiza o Projeto Pedagógico Institucional** (ESTACIO, 2010, p. 34).

Em outros termos, ela paga professor pela hora trabalhada na sala de aula, pela hora contratada. Mas, dentro desse período, exige que, para além da aula, que o professor “esquemas de percepção, de análise, de decisão, de planejamento, de avaliação e outros que permitam mobilizar os seus conhecimentos a uma determinada situação conforme preconiza o Projeto Pedagógico Institucional”. Isso significa que o professor precisa de tempo para que ele possa de fato desenvolver o projeto exigido pela instituição. Todavia, quanto tempo eles têm para preparar aula, ou melhor, quanto tempo efetivamente os professores dispõem para responder a tudo que exige a empresa? E este tempo é pago?

Percebemos, então, que a Estácio Participações S.A. extrai ao máximo a mais-valia dos professores horistas, com a manutenção da contenção de gastos da empresa. De fato, não

somente na Estácio, o crescimento do número de docentes a tempo parcial e o, especialmente, dos docentes a tempo horista indica o desenvolvimento preocupante de novas formas de contratualização no ensino superior que se caracterizam pela precarização e instabilidade da profissão. E isto infere que a instituição não visa a contratação de um docente por um longo período.

No modo de produção capitalista, o controle e a extração de mais-valia do trabalhador é um ponto central na relação com a força produtiva. Para Braverman (2011), a subordinação do trabalhador acontece de duas maneiras, a subsunção formal e a subsunção real. A subsunção formal aconteceu no início do período da industrialização do sistema capitalista, quando o trabalhador era controlado pelo empregador, mas conseguia controlar o trabalho de alguma maneira. A subsunção real, é aquela que o trabalhador é completamente submisso ao capital, não possui domínio algum sobre a natureza do trabalho e seu processo produtivo. A subsunção real está presente em todas as formas de extração de mais-valia (BRAVERMAN, 2011, p. 49).

4.2 Qualificação docente

Este processo de intensificação do trabalho docente, segundo Souza (2022), pode ser evidenciado com mais profundidade entre os docentes do setor privado, como é o caso da Estácio, em relação sobrecarga exercida sobre o docente, que além de influenciar diretamente na sua qualidade de vida, tem como implicação direta o surgimento de doenças ocasionadas por problemas físicos e emocionais (cansaço, estresse, ansiedade, depressão, entre outros).

Para a autora, isto se manifesta como uma contradição justamente, porque, os docentes, ao vender sua força de trabalho em troca de salário, “[...] deveriam ser estimulados e valorizados para a elevação da sua formação continuada, com condições de melhores oportunidades de empregos e salários mais decentes” (Souza, 2022, p. 163). O baixo incentivo a garantia legal de direito a afastamento formação continuada, com licença remunerada, evidenciam as dificuldades que o docente encontra para buscar realizar um curso de Mestrado ou Doutorado.

Nesse sentido, os dados referente ao nível de escolaridade dos docentes da Estácio Participações S.A., desvelam que há uma política de contratação de professores com titulação acadêmica em Especialização e Mestrado, que juntos são 1/3 do quadro docente em 2019, também é formado por maioria de mestres ou especialistas entre 2009 e 2019.

Em relação à formação acadêmica e profissional *lato sensu*, ao longo de sete anos, houve, a partir de 2016, uma diminuição do corpo docente formação acadêmica e profissional nessa variável, o que pode estar diretamente relacionado com as demissões com mudanças estratégicas da Estácio.

Tabela 4 - Escolaridade dos docentes vinculados a Estácio Participações S.A. (2009-2019)

Ano	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
2009	808	3059	3211	711
2010	108	2482	2728	831
2011	45	2445	2793	905
2012	-	2815	3149	941
2013	-	2602	3709	1145
2014	-	2883	3942	1290
2015	-	3049	4342	1706
2016	-	2501	4015	1835
2017	-	2225	3783	1624
2018	-	1625	3452	1449
2019	-	1889	5168	2327

Fonte: INEP. Elaboração GEPES/UFPA

Conforme os dados acima, percebemos que a estratégia dos grupos de capital aberto é a contratação de docentes com baixa qualificação, como é o caso da Estácio que possui uma prevalência de professores com especialização e mestrado. Isto implica que a contratação docente tem como fundamento a baixa qualificação e alta rotatividade conforme o quadro funcional das empresas. Conforme os estudos de Antunes (2009), de modo geral, diante do processo da terceirização, há um aprofundamento da segmentação e precarização do trabalho, onde a subcontratação e a flexibilização dos contratos de trabalho são cada vez mais constantes.

A instabilidade, a forte contenção do quadro docente e a falta de reposição do quadro docente, além de gerar implicações na subjetividade dos docentes, infere no processo de precarização do trabalho docente com contratação de professores horistas com baixa qualificação. Para provar essa tese, faz-se necessário compreender o cotidiano dos professores e analisar outras variáveis como idade, raça e classe dos professores vinculados a Estácio para compreender aspectos socioeconômicos que, certamente, aprofundaria a análise do processo de precarização do trabalho docente.

Apesar desse trabalho não avançado nessa perspectiva, os dados sugerem que a contratação de professores horistas e em regime parcial está diretamente relacionada a admissão, em geral, de docentes com baixa qualificação e, ainda, com experiência docente no

ensino superior, com salários bem mais abaixo dos professores com doutorado. Como já mencionado, a principal implicação disso é a sensação de insegurança decorrente da fragilidade contratual e das ondas de demissões, como frequentemente ocorrem na Estácio, resultantes dos processos de fusões ou, ainda, de incorporação IES.

A síntese disso é, entre outros aspectos, o aumento da insegurança, da intensificação do trabalho, do adoecimento docente, enfraquecimento da organização dos trabalhadores e da resistência sindical e maior subsunção do trabalho ao capital, fundamento do processo de acumulação.

É importante ressaltar que a existência de professores doutores no quadro docente da Estácio não se contrapõe às análises realizadas sobre escolaridade dos docentes vinculados a Estácio. Segundo a LDB, no Art. 52, no § II e III, exige que um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e – um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Esse artigo, além de explicar a prevalência dos professores com mestrado em relação aos com especialização, nesta série história, a quantidade docentes com doutorado é o mínimo necessário.

Essa tendência segue a lógica que Antunes (2009) pontua como um intenso processo de degradação da força de trabalho, que acaba acarretando uma precarização das funções e está intimamente ligado a mercantilização ao mais alto grau do trabalho, em especial, aqui citamos o trabalho docente (ANTUNES, 2009, p. 36).

Nesse contexto, surgem novas formas de contratação, que aliadas a introdução do progresso técnico que busca o aumento da produtividade e demanda relativamente menor força de trabalho, gera pressão crescente sobre a classe trabalhadora, piorando as condições para os que estão empregados e dificultando sobremaneira a inserção e a própria sobrevivência [...] (ROSA; VIEIRA, 2023, p. 6)

A mercantilização da educação de acordo com Ferreira (2013), modifica a identidade profissional do docente, pois este deixa a posição de especialista em sua área específica do conhecimento e torna-se um prestador de serviços, tendo em vista a multiplicidade de disciplinas para lecionar (FERREIRA, 2013, p. 100).

Qualidade de ensino

Construído coletivamente por uma equipe acadêmica central que trabalha em rede com os professores de todas as nossas instituições de ensino, nosso modelo de ensino valoriza a unidade na diversidade. Em 2011, produzimos 2.010 planos de ensino, 29.995 planos de aula e montamos um banco com quase 70 mil questões de prova. Todos esses conteúdos foram construídos por uma verdadeira rede de conhecimento formada por docentes na Estácio em todo o Brasil e liderada por nossos coordenadores nacionais, com base em novas metodologias e modernos recursos didático-pedagógicos que estimulam o processo de autoaprendizagem. A articulação de teoria e prática por meio do estudo de casos concretos é fundamental para que nossos alunos

tenham um ensino voltado para as reais necessidades do mercado de trabalho (ESTACIO, 2011, p. 8).

Nota-se na citação acima que a Estácio Participações S.A. padroniza os planos de ensino, os planos de aula e as questões utilizadas em avaliações. Essa padronização retira a possibilidade de autonomia e a capacidade criativa dos docentes. Além de enquadrar um modelo de aula a seguir, sem levar em consideração a multiplicidade metodológica, as diferenças existentes entre os alunos e as diferenças regionais. A empresa viabiliza a educação e todo o complexo processo educacional de ensino e aprendizagem voltado para o mercado.

De acordo com Calderón (2020), as IES privadas são direcionadas para o lucro. Dessa maneira a educação é um produto que busca agradar os mais diversos perfis, sempre com o intuito mercantil de expansão, variedades de serviços oferecidos e obtenção máxima de captação de alunos (CALDERÓN, 2020, p. 67).

4.3 Formação Continuada: PIQ

No ano de 2009 a Estácio Participações S.A. lançou uma estratégia que ainda vigora para os docentes das IES vinculadas. O Programa de Incentivo à Qualificação Docente visa qualificar os professores, de acordo com as diretrizes da empresa com o objetivo de fortalecer o corpo docente.

Quadro 4 - Programa de formação docente da Estácio Participações S.A.

Programa de Incentivo à Qualificação Docente	
PIQ Formação Continuada	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação continuada - Cultura organizacional, - Cultura acadêmica que tem por objetivo a ambientação do docente - Formação Pedagógica: Planejamento de Ensino, Metodologia e Estratégias de Ensino, Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem e Gestão de Pessoas em Ambientes de Aprendizagem
PIQ Mérito	<ul style="list-style-type: none"> - Concurso Nacional de Produção Científica que tem como finalidade contribuir para a valorização da produção docente - Projetos de Extensão - Docente Destaque

PIQ Remuneração	- Remuneração Variável docente contempla 20% do grupo de professores mais bem avaliados pelo seu desempenho, a partir de uma metodologia comparativa individual.
------------------------	--

Fonte: Relatórios de demonstrações financeiras padronizadas (2009)

De acordo com a Tabela 6, o PIQ Formação Continuada é destinado para a capacitação docente, de acordo com a cultura organizacional da empresa. Esse programa visa instaurar no corpo docente as diretrizes da empresa, inclusive na atuação docente. O planejamento de ensino, as metodologias e estratégias de ensino e a avaliação do processo de ensino aprendizagem segue a padronização designada pela companhia.

A integração dos currículos em nível nacional acrescenta mobilidade e flexibilidade total ao nosso modelo acadêmico. Todas as ações têm como premissas fundamentais a sustentabilidade e objetivam contribuir com o processo de democratização do ensino e de desenvolvimento social, potencializando as condições de aprendizagem aos nossos alunos e causando os menores impactos ambientais possíveis (ESTACIO, 2011, p. 8).

O PIQ Mérito busca fortalecer a produção científica dos docentes. Ele possui um concurso científico nacional, engaja ideias de projeto de extensão na instituição, além de premiar os docentes destaques. Essa estratégia destacada nos relatórios como forma de aumentar a produtividade científica, deposita nos docentes a lógica da disputa.

O PIQ Remuneração atribui um valor monetário aos docentes com desempenho positivo. Essa avaliação é realizada de maneira comparativa entre os docentes e “É a cultura da meritocracia aplicada ao corpo docente da Estácio [...]” (ESTÁCIO, 2009, p. 68).

Béhar (2019) faz uma análise interessante sobre a meritocracia e o mundo do trabalho contemporâneo e pontua que esta é utilizada como método de dominação do trabalhador, provindo do neoliberalismo e da concorrência extrema entre as organizações. Esta disputa é lançada ao trabalhador de maneira alienante e é utilizada como ferramenta gerencialista que degrada as relações trabalhistas pois:

[...] apoiado sob o mantra da flexibilização, são profundamente incentivadas ações direcionadas ao individualismo e autonomia, desde que alinhadas aos interesses e necessidades organizacionais, inclusive na responsabilização dos indivíduos pela própria capacitação profissional. No entanto, o isolamento e alto nível competitivo vivenciado, a impossibilidade de conciliar objetivos pessoais e organizacionais ou mesmo diferentes demandas organizacionais, assim como as constantes incertezas a respeito das rotinas profissionais e manutenção do posto de trabalho, resultaria por gerar conflitos pessoais e a identificação de contradições insolúveis por parte do trabalhador. Como forma de amenizar e suportar tais condições, o sequestro da subjetividade dos trabalhadores se apresenta tanto como uma ação organizacional para controle e orientação dos comportamentos individuais, quanto uma solução, do ponto de vista do trabalhador, diante de tantas incertezas. Assim, neste novo modelo de

trabalho o valor individual depende e mantêm-se diretamente associado à capacidade individual de adequação às necessidades organizacionais em constante mudança [...] (BÉHAR, 2019, p. 265).

Fávero e Bechi (2020), postulam que no neoliberalismo o capital solapa as relações trabalhistas incentivando a lógica concorrencial como instrumento de produtividade. A subjetividade do trabalhador é dissolvida pelas práticas de alienação e precarização do trabalho (FÁVERO; BECHI, 2020, p. 78).

4.4 Precarização do trabalho docente **pós-reforma** Trabalhista de 2017

A Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista foi sancionada no Brasil no Governo de Michel Temer (2016-2018). Esta lei representou uma significativa mudança pois modificou mais de 100 artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Analisamos, em linhas gerais, as principais alterações trabalhistas com o objetivo de compreender os efeitos para o trabalho docente.

De acordo com Vale (2020), os efeitos da Reforma Trabalhista para o trabalho docente nas IES privadas foram imediatos, pois as companhias de educação superior privada conduziram todo um processo de reordenação trabalhista (VALE, 2020, p. 3).

Elaboramos uma tabela referente aos principais gastos trabalhistas da Estácio Participações S.A. Analisaremos os principais pontos desses contingentes trabalhistas em consonância com as mudanças determinadas pela nova Reforma Trabalhista.

Quadro 5 - Principais gastos trabalhistas da Estácio Participações S.A. (2007-2020)

Ano	Provisão de montante (R\$)	Principais Contingências Trabalhistas
2007	R\$ 7.671	- Hora extra - Férias não gozadas - Reconhecimento de vínculo empregatício - Equiparação salarial - Diferenças salariais decorrente de redução de carga horária
2008	R\$ 11.570	
2009	R\$ 17.444	
2010	R\$ 24.330	
2011	R\$ 27.093	
2012	R\$ 19.241	
2013	R\$ 25.130	
2014	R\$ 25.121	
2015	R\$ 24.147	
2016	R\$ 39.292	
2017	R\$ 62.712	
2018	R\$ 98.453	
2019	R\$ 90.960	
2020	R\$ 108.668	

Fonte: Relatórios de demonstrações financeiras padronizadas (2007-2020)

Na Tabela 10, observa-se o valor sempre crescente da Estácio Participações S.A. com pagamentos trabalhistas, que em geral são: pagamentos de multas sobre diferenças salariais e redução de carga horária, aviso prévio, FGTS, hora extra, multa por danos morais, danos materiais, assédio moral, retificação de CTPS, rescisões trabalhistas, férias e adicionais de insalubridade, periculosidade, noturno e aprimoramento.

Gomes e Soria (2022), ao investigarem os efeitos da Reforma Trabalhista ao universo laboral da atuação docente no ensino superior privado, desenvolveram um quadro das principais alterações legislativas para a categoria docente, conforme destacamos abaixo.

Figura 3 - Principais alterações da Lei Nº 13.467/2017

TEMA	MUDANÇAS
Banco de horas	Deixa de ser negociado somente em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), podendo ser pactuado por acordo individual.
Demissão	Além das modalidades voluntária, sem e com justa causa, introduz-se a demissão por comum acordo entre empregado e empregador: pagamento de metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o empregado poderá também mover até 80% do FGTS, mas perde o direito ao seguro-desemprego.
Férias	Por acordo individual, poderão ser fracionadas em até três períodos, desde que um deles seja de 14 dias corridos no mínimo.
Gravidez	Permite-se o trabalho de grávidas e lactantes em ambientes insalubres, mediante apresentação, pela empresa, de atestado médico que garanta inexistência de risco ao bebê ou à mãe.
Jornada	Pode ser de até 12 horas diárias (com 36 horas de descanso), observado o limite de 44 horas semanais (48 horas com horas extras).
Horas extras	Equivalem a 50% da hora normal.
Plano de cargos e salários	Pode ser negociado entre empregadores e empregados sem necessidade de homologação ou registro em contrato, podendo mudar constantemente.
Remuneração	O pagamento de piso ou salário mínimo não é mais obrigatório em casos de remuneração por produção, desde que determinado em Acordo Coletivo. Ajudas de custo, auxílio alimentação, prêmios e abonos são parcelas remuneratórias, mas deixam de integrar o salário.
Tempo na empresa	Deixam de constituir a jornada de trabalho atividades no âmbito da empresa como descanso, estudo, alimentação, interação entre colegas, higiene pessoal e troca de uniforme.
Transporte	O tempo despendido até o local de trabalho e o retorno, por qualquer meio de transporte, não é mais computado na jornada de trabalho.

Fonte: Chahad (2017), apud Gomes e Soria (2020).

Identifica-se na Figura 3, alterações significativas nas áreas de contrato, jornada de trabalho, remuneração e garantias sociais. As dimensões para o campo do setor educacional são profundas, em especial, pelo desempenho da função docente que envolve variáveis não contempladas na nova Reforma Trabalhista, como produção científica, formulação de planos de aula e a relação subjetiva do professor-aluno. Referente à multiplicidade de significados da atividade docente e ao valor social do trabalho docente, para Harvey (2016), o dinheiro e o trabalho social são inseparáveis, pois um precisa do outro para determinação monetária. No entanto, são divisíveis, pois a forma material da compensação financeira não determina o trabalho social existente na função. Desse modo, a invisibilidade das variáveis do trabalho

docente constitui na sociedade capitalista um apagamento do trabalho social existente no exercício do trabalho docente.

Percebe-se também na Figura 3 a alteração de atividades de risco e insalubridade para gestantes mediante atestado médico da empresa comprovando não afetar a gestação. Esta medida é contraditória e afeta diretamente as docentes em exercício na função. Mariano e Muniz (2006), pontuam os impactos do trabalho docente na saúde física e mental de professoras e afirma que:

Embora a maioria não tenha expressado a prática de refletir sobre sua saúde no trabalho, as professoras, sem exceção, afirmam que o exercício da profissão docente é composto de fatores que comprometem sua saúde física e mental, causando-lhes sofrimento e desgastes que desencadeiam doenças somáticas e psíquicas ou psicossomáticas. Além disso, algumas professoras afirmam que, após terem ingressado na atividade docente, tiveram alguma complicação no seu quadro de saúde e atribuem o motivo de seu adoecimento às pressões vivenciadas no exercício do magistério, portanto, o acúmulo destas pressões acarreta danos para a saúde dessas trabalhadoras (MARIANO; MUNIZ, 2006, p. 80).

Referente a rotina do trabalhador, as mudanças atribuídas ao tempo na empresa e ao transporte do trabalhador, a nova Reforma Trabalhista desobriga o empregador de qualquer compromisso que não seja o labor efetivo.

Analisaremos, posteriormente, alguns artigos específicos da nova Reforma Trabalhista e suas implicações para a atividade docente, ressaltando o caso da companhia Estácio Participações S.A. e suas principais contingências trabalhistas.

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: I – pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; II – banco de horas anual; III – intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; IV – adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei no 13.189, de 19 de novembro de 2015; V – plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; VI – regulamento empresarial; VII – representante dos trabalhadores no local de trabalho; VIII – teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente; IX – remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual; X – modalidade de registro de jornada de XI – troca do dia de feriado; XII – enquadramento do grau de insalubridade; XIII - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho; XIV – prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo; XV – participação nos lucros ou resultados da empresa (Brasil, 2017).

Observa-se que, o Art. 611 – A que, em suma, refere-se à flexibilização do trabalho e da remuneração. Os itens I, II, III, X, XI refere-se a mudanças no regime de trabalho, algo importante na atividade docente.

O item V refere-se à flexibilização ampla que a Reforma Trabalhista considerou de negociação entre empregador e empregado sobre o plano de cargos e salários e grau de importância da função.

O item IX, referente a remuneração por produtividade, incorpora no salário do trabalhador uma mais-valia. Na Estácio Participações S.A., este dispositivo é recorrente no PIQ Mérito e PIQ Remuneração (ver tabela 8). A remuneração extra concedida ao docente que mais produz, logo, que mais trabalha, é reflexo na verdade de estratégias da companhia para induzir o docente ao aumento da carga de trabalho.

A flexibilização destinada ao banco de horas, por exemplo, representa uma possível fragilidade para os docentes de IES privada devido a não obrigatoriedade da participação coletiva do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Art. 59-B. O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

Parágrafo único. A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas (Brasil, 2017).

O Art. 59 – B, refere-se a um ataque direcionado a classe trabalhadora. Este artigo facilita para o empregador o não pagamento de horas extras trabalhadas e ainda dificulta a liquidação de horas extras, direcionando-a para o banco de horas, como estratégia para não efetivar o pagamento do trabalho desempenhado. O pagamento de hora extra é um dos principais contingentes trabalhistas da Estácio Participações S.A., desde sua aderência ao mercado da bolsa de valores em 2007.

Percebemos que as alterações legislativas da Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, flexibilizou o trabalho docente contribuindo com o processo de precarização da atividade, em especial, nas relações trabalhistas e salariais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade capitalista tem no cerne de seu desenvolvimento, desde a virada do século XX para o século XXI, a desigualdade provinda da diferenciação das classes sociais. Esta desigualdade se assentou na educação brasileira, sobretudo, pelas políticas neoliberais.

As políticas públicas destinadas à educação superior no Brasil possuem aplicações e ajustes mercadológicos essenciais ao sistema capitalista. O Estado brasileiro é formador de políticas neoliberais, sobretudo no campo educacional. Os investimentos privados para a educação representam profundos processos de privatizações da educação constituídos há um longo período histórico.

Höfling (2001) já destaca a relação evidente de que as políticas públicas e o modelo estatal estão atrelados. As concepções sobre o Estado estão incorporadas a um projeto político que se apoia em uma determinada teoria social, portanto, é a concepção de Estado que orienta as políticas públicas sociais implementadas na sociedade.

Na educação superior privado-mercantil a lógica do mercado domina todas as diretrizes. O sentido da educação perde espaço para a concorrência, a transmissão do conhecimento, é excluída pela produtividade voltada para o mercado. O exercício docente nesse cenário foi mercantilizado e o trabalho docente foi convertido em trabalho precarizado.

Chesnais (1996) compreende que vivemos um momento de mundialização do capital, cuja formação é o conjunto de relações internacionais e nacionais, que formam um sistema que extrapola as fronteiras econômicas (CHESNAIS, 1996, p. 14).

A consolidação do capitalismo mundializado, as transformações nos processos de produção e o estreitamento da relação entre capital e trabalho alimentou o crescimento de um Estado cada vez mais subordinado às demandas do mercado e menos preocupado com as políticas sociais.

Mészáros (2011), compreende que o sociometabolismo capitalista é formado pela tríade: capital, trabalho e Estado. Esses três elementos são a constituição estruturante e se inter-relacionam (MÉSZAROS, 2011, p. 16). Desse modo, o Estado capitalista se consagra na viabilização econômica capitalista.

Na busca de apreender as mudanças destinadas ao trabalho docente, analisamos nesta dissertação as estratégias empregadas ao trabalho docente em decorrência do processo de financeirização da educação ao adentrar como mercadoria na Bolsa de Valores. Para isso, foi realizado um estudo da *holding* Estácio Participações S.A.

A presente pesquisa se propôs a investigar as estratégias da companhia Estácio Participações S.A e seus efeitos para o trabalho docente. Um fenômeno que vem sendo pesquisado e apontado como gerador de problemas para a qualidade do ensino superior, pois essas estratégias causam mudanças institucionais que repercutem no trabalho docente.

Os estudos desenvolvidos sobre a financeirização da educação superior despertam novos olhares sobre a situação à educação superior. A relevância deste trabalho possibilita questionamentos sobre o papel do Estado em relação a educação superior, os efeitos que o neoliberalismo provoca sobre decisões políticas e econômicas na agenda das políticas públicas educacionais e na atuação que o mercado desempenha ao fortalecer a privatização educação superior e a expansão das IES privadas.

Este estudo permitiu entender a estrutura das empresas financeirizadas e a construção das relações trabalhistas pautadas na exploração do trabalho, acúmulo de lucro, dominação do capital financeiro e geração de mais-valia. O trabalhador docente é considerado a força motriz dessas empresas educacionais, tornando-se o principal sustentáculo do trabalho vivo, voltado para geração de mais valor e apropriação do lucro excedente.

Esse movimento de geração de mais-valia e exploração do trabalhador se caracteriza como essencial para a sustentação do sistema capitalista, desde sua gênese. Desse modo, o fenômeno da financeirização representa o mais alto grau emergente. O capital fictício, principal expressão dessa etapa do capital, engloba a produtividade e a bancarização em decorrência dos juros.

Nesta nova etapa do modo de produção capitalista com dominância financeira, há uma confluência no controle dos meios de produção tradicional e dos fluxos financeiros. O controle da burguesia sobre as legislações dos Estado-Nação e manter o controle da geração de conhecimento também se constituem como mecanismos econômicos (DOWBOR, 2020, p. 98).

A Estácio Participações S.A. produz sua riqueza na esfera financeira, no entanto, extrai a mais-valia na produção do conhecimento através do trabalho docente. De acordo com os objetivos propostos pela pesquisa, foi identificado e caracterizado, ao longo dos anos, o regime de trabalho dos docentes da companhia. Identificou-se que houve uma mudança nas contratações, privilegiando os contratos parciais e temporários.

Sobre o nível de escolaridade dos docentes, identificou-se que os docentes da companhia são majoritariamente mestres. Esse indicativo evidencia que ocorre na instituição um processo de precarização de docentes qualificados, com admissões trabalhistas inferiorizadas (contrato horista, por exemplo).

Sobre o programa de formação docente da instituição (PIQ), identificou-se que é utilizado como estratégia de produtividade docente atributos de meritocracia entre os docentes. Esse indicativo suscita a lógica concorrencial entre a classe trabalhadora, gerando uma alienação e fragmentação entre os trabalhadores.

Identificou-se também que a flexibilização legislativa do Brasil, em especial, a nova Reforma Trabalhista de 2017, precariza o trabalho docente com as alterações realizadas principalmente nas jornadas de trabalho, na remuneração, no plano de carreira, férias, licenças e formação de banco de horas.

Constatou-se, por fim, através deste estudo documental que as estratégias para o trabalho docente da Estácio Participações S.A. precarizam o trabalho docente. A relevância desta pesquisa possibilitou questionamentos sobre o papel do Estado em relação à educação superior privada, os efeitos que o mercado provoca sobre decisões políticas e econômicas na agenda das políticas públicas educacionais, o processo de fortalecimento e expansão da privatização educação superior e os efeitos negativos para a classe docente e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino superior privado no Brasil.

A pesquisa apresentou limitações, tendo em vista que o material da coleta não corresponde à totalidade das informações, mas apenas ao que se teve acesso. Em virtude disso, entende-se a necessidade da continuidade do presente estudo, por meio de pesquisas futuras, com a finalidade de ampliar a importância desse fenômeno, a fim de entender mais sobre esse processo que está em constante mudança no ensino superior do Brasil.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, N.C. **Financiamento da Educação Superior: Estado X Mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba/SP: Editora UNIMEP, 2003.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ANTUNES, R. **A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das lutas sociais**. Setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.udp.pt/textos/comuna6>>.

BASSO, Itacy Salgado. **Significado e sentido do trabalho docente**. Caderno Cedes, Campinas, v. 19, n. 44, abril, 1998.

BEHAR, Alexandre Hochmann. Meritocracia enquanto ferramenta de ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Revista Organização & Sociedade**, v. 26, n. 89, p. 249-268, abril/jun, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/kMjf3rSYzdyZDzt9jnYt54C/?format=pdf&lang=pt>.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, 1996.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. **Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. **Regulamenta o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº. 1477-39**, de 8 de agosto de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf.

BRAVERMAN, Henry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

CALDERÓN, A. I. **Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão**. Perspectiva, São Paulo, v.14, n.1, jan./mar. 2000.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?** 2011. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2011.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 761-776, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/13.pdf>.

CARVALHO, Sandro Sacchet. **Uma Visão geral da reforma trabalhista**. Brasília: Boletim Mercado de Trabalho, n. 63, IPEA, 2017. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/171024_bmt_63_07_politica_em_foco_visao_geral.pdf.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COSTA, Fábio L. O. **Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e liberais**. 2ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil: o ProUni e o Fies como financiadores do setor privado. 222 **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 49-72, out./dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982016000400049&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 fev. 2021.

CHAVES, V. L. J. ; REIS, L. F. ; GUIMARAES, A. R. **Dívida Pública e financiamento da educação superior no Brasil**. ACT Scientiarum education (online), v. 40, p. 1-12, 2018.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SANTOS, Maria Rosimary Soares Dos ; KATO, Fabíola Bouth Brello . **Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização**. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 14, p. 1-18, 2020.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução: Silvana FinziFoá. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca: as novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

ESTÁCIO. **ESTÁCIO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE**. Disponível em: file:///C:/COMPUTADOR/Mestrado%20Aluna/Dissertação%20em%20construção%20-%20PAnia/Dissertação%20após%20orientação%202023.09.10/MATERIAL%20SEGUNDO%20CAPITULO/resultados%20estácio/estacio_rs2016%20sustentabilidade%202016.pdf.

ESTÁCIO. **ESTÁCIO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2013**. Disponível em: [estacio_relatorioanual_2013_port-2 SUSTENTABILIDADE 2013.pdf](#).

ESTÁCIO. **RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE ESTÁCIO 2014**. Disponível em: [estacio-rs2014-2015 sustentabilidade 2014.pdf](#).

ESTÁCIO. **ESTÁCIO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2015**. Disponível em: [estacio_relatoriosustentabilidade_2015_port_seguro SUSTENTABILIDADE 2015.pdf](#).

ESTÁCIO. **ESTÁCIO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2017**. Disponível em: [estácio_rs_2017 SUSTENTABILIDADE 2017.pdf](#).

ESTÁCIO. **ESTÁCIO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2018**. Disponível em: file:///C:/COMPUTADOR/Mestrado%20Aluna/Dissertação%20em%20construção%20-%20PAnia/Dissertação%20após%20orientação%2023.09.10/MATERIAL%20SEGUNDO%20CAPITULO/resultados%20estácio/estacio_rs2018_final%20sustentabilidade%202018.pdf.

ESTÁCIO. **YDUQS RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2019**. Disponível em: [yduqs_rs2019_digital SUSTENTABILIDADE 2019.pdf](#).

DOS SANTOS, Aline Veiga; GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce Mascarenhas; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Formação dos oligopólios na educação superior privada brasileira: sobre implicação no trabalho docente. **Revista Educação em Questão**, v. 46, n. 32, 2013.

FARIAS JUNIOR, Raimundo Sérgio. **A precarização do trabalho docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

FÁVERO, A. A.; BECHI, D. **A Subjetivação capitalista enquanto mecanismo de precarização do Trabalho docente na educação superior**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v.28, n.13, 2020.

FERREIRA, D. C. K. **Os professores temporários da educação básica da rede pública estadual do paraná: a flexibilização das contratações e os impactos sobre as condições de trabalho docente**. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOMES, Darcilene C.; SORIA, Sidartha. **Reforma trabalhista e o trabalho docente no ensino superior privado no Brasil**. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 52, p. 1-18, 2022.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo. Boitempo, 2016. p. 15 – 72

HARVEY, DAVID. **Enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Tradução de Artur Renzo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 223 p.

HILFERDING, Rudolf. (1910). **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. OsEconomistas).

KUENZER, A. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção Educação Contemporânea)

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAREDO, Paulo Ítalo da Silva. **Consequências da financeirização da educação superior no trabalho docente: o caso da Laureate**. Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2023.

LOPES, Luís Augusto. Future-se: elucidando mais uma tentativa de privatização das universidades públicas brasileiras. **Educação em Revista**, v. 38, 2022.

MANCEBO, Deise; SILVA JUNIOR, J. R.; SCHUGURENSK, Daniel. Educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 205-225, out/dez, 2016.

MANCEBO, D.; VALE, A.A. **Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da unesa**. Rev. Educ. Soc. v.34, n.122, p.81-98, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n122/v34n122a05.pdf>>. Acesso em: 20 Fevereiro 2017.

MARIANO, Maria S. S.; MUNIZ, Helder P. **Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase de ensino fundamental**. Estudos e Pesquisa em Psicologia, n. 1, p. 76-88, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v6n1/v6n1a07.pdf>.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. O capital. **Crítica da economia política**. [Livro Terceiro: O processo global de produção capitalista, vol. V]. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2009.

MESZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTE, Emerson. **Do Trabalho docente na educação à distância: a UFPA como expressão do fenômeno**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2010. Acesso em 10 de jun. de 2019.

MOTTA, Vânia Cardoso; ANDRADE, Maria Carolina Pires. **O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões**. Revista Educação & Sociedade, v. 41, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxFzQBB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 Julho 2023.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NONNENMACHER, Solange. **Mercantilização da educação e docência em instituições de ensino superior privado**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, D.A. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

PEREIRA, Potyara A.P; BRAVO, Maria Inês Souza. **Política Social e Democracia**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

SANTOS FILHO, João R. D. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. Tese (doutorado em educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém-PA, 2016. 278. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8626/1/Tese_FinanciamentoEducaoSuperior.pdf.

SEBIM, C. C. **A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no Estado do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

Sennett, R. (1999). **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? In: Educ. Soc., Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez., 2015.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set/dez, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ROSA, Vânia Dalla; VIEIRA, Marilandi M. M. **Mercantilização e precarização do trabalho docente no ensino superior privado**. Revista Thema, v. 22, n. 1, p. 212-230, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/2233/2239>.

SANTOS, A. V. **A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Educação, Tecnologia e Comunicação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2018.

SEKI, Allan K. **Determinações do capital financeiro no ensino superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. Tese (doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2020.

SOARES, Carla Fernanda Zanata. **A financeirização da educação superior brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação)**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SOUSA, JOSÉ A. E. D. **FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL E SUA**. Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-

Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2018.

SOUSA, Leila M. C. **Financeirização da educação superior privado mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S.A.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2019.

SILVA, Pania Pires dos Santos. **A governança corporativa no ensino superior privado com fins lucrativos: o modelo institucional da Estácio/YDUQS Participações S.A. no período de 2007 a 2020.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2020.

SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, V. J.R. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção.** 2. ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF, 2001.

THIENGO, Lara Carlette. **Universidade de classe mundial e o consenso pela excelência: tendências globais e locais.** Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

VALE, A. A. **As faculdades não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro.** 2011. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VALE, A. A. do. **A expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira: o caso da Estácio de Sá.** In: 35a. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2012, Porto de Galinhas. Anais da 35a. Reunião Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Educação Cultura, pesquisa e projetos de desenvolvimento: o Brasil do século XXI, 2012.

VALE, A.A.; CARVALHO, C.; CHAVES, V.J. **Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira.** In: CABRITO, B., CASTRO, A. CERDEIRA, L. CHAVES, V.J. Os desafios da expansão da educação em países da língua portuguesa: financiamento e internacionalização, Lisboa: EDUCA, 2014, p. 199-219.